

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA**

RAYANE SOARES DE SOUSA SANTOS

**ACESSIBILIDADE NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA PARAÍBA: um estudo com usuários em cadeiras de rodas**

**João Pessoa
2017**

RAYANE SOARES DE SOUSA SANTOS

**ACESSIBILIDADE NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA PARAÍBA: um estudo com usuários em cadeiras de rodas**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Biblioteconomia do Centro de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade
Federal da Paraíba como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharela.

Orientadora: Professora Ma. Maria Amélia
Teixeira da Silva

**João Pessoa
2017**

Ficha catalográfica

Santos, Rayane Soares de Sousa

R263a Acessibilidade na Biblioteca Central da Universidade
Federal da Paraíba: um estudo com usuários em cadeiras de
rodas / Rayane Soares de Sousa Santos.– João Pessoa,
2017.

77 f.; il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em
Biblioteconomia) – UFPB.

Orientadora: Prof^a Ma Maria Amélia Teixeira da Silva

1. Acessibilidade. Biblioteca Universitária. 2. Acesso à
informação. 3. Biblioteca Central - UFPB. I. Título. II. Silva,
Maria Amélia Teixeira da.

CDU 027.6

RAYANE SOARES DE SOUSA SANTOS

**ACESSIBILIDADE NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA PARAÍBA: um estudo com usuários em cadeiras de rodas**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Biblioteconomia do Centro de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade
Federal da Paraíba como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharela.

Aprovação em: 16 / 06 / 2017.

Banca Examinadora:



Prof^ª. Ma. Maria Amélia Teixeira da Silva
Universidade Federal da Paraíba
(**Orientadora**)



Prof^ª. Dra. Rosa Zuleide Lima de Brito
Universidade Federal da Paraíba
(**Examinadora**)

Prof^ª. Ma. Ismaelly Batista dos Santos
Universidade Federal da Paraíba
(**Examinadora**)

*A Deus, minha amada avó Ruth,
família e amigos,
Dedico!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me amou primeiro, o qual nunca me abandonou sempre me fortalecendo e me dando coragem para prosseguir nessa longa caminhada, restaurando minha saúde, ensinando-me cada dia mais no decorrer da vida acadêmica e fora dela, dando-me, através da sua maravilhosa graça, o dom da vida e a inteligência para que pudesse concluir mais esta etapa e, acima de tudo, este sonho. Obrigada, Deus, por Tua bondade que é infinita em minha vida, por Tua fidelidade em cumprir o que o Senhor prometeu!

À minha família, que esteve ao meu lado nas lutas diárias, e também nas vitórias a cada aprovação em cada semestre letivo.

Aos meus pais Rodolfo de Sousa Santos e Maria de Guadalupe Correia Soares, que como professores sempre investiram na minha educação e na dos meus irmãos, Pedro Ivo, Rodolfo Júnior e Rodrigo, preocupando-se sempre em oferecer uma educação de qualidade, matriculando-nos nas melhores escolas.

Um agradecimento especial à minha mãe, maior incentivadora a permanecer no curso de Biblioteconomia, a qual me acompanhou durante a primeira semana de aulas, como se estivesse na época da escola, e a partir das primeiras aulas eu já tinha percebido que era a Biblioteconomia que eu queria para ser a minha profissão no futuro, pois a cada aula ia me apaixonando mais e que sem dúvida, se não fosse por ela a me incentivar a ir “pelo menos a primeira semana para conhecer o curso”, eu não teria chegado até aqui.

À minha avó Ruth, que com sua alegria, motivação e orações, deram-me ânimo para vencer cada batalha durante esta jornada, e que, sem dúvidas, é uma das melhores pessoas que Deus me presenteou aqui na terra.

Ao José Carlos Nóbrega do Nascimento Júnior, presente que Deus e a Biblioteconomia me deram, por ser sempre um fiel companheiro, apoiando-me por todos esses anos, desde 2012, sendo o melhor amigo, namorado, mas mais do que isso, provendo amor em cada gesto de carinho, pela paciência comigo, por ter me dado tanto apoio moral, fazendo-me acreditar que eu seria capaz, sempre estando ao meu lado, nos momentos felizes e triste, de saúde e doença, que por mais clichê que seja, o importante sempre foi saber que em algum lugar alguém zela por mim,

obrigada pelas experiências vivenciadas, pelas energias positivas transmitidas, por ser meu primeiro amor, obrigada por tudo!

Às minhas tias Rosângela, Rejane e Rutinha (que sempre estará em nossos corações), ao meu tio Roberto Santos, que serviu durante muitos anos à Biblioteca Central desta instituição e que me motivou a escolher o curso de Biblioteconomia, por atuar nessa área.

Aos meus padrinhos Tio Deu e Regina, por serem exemplo de pessoas bondosas e generosas, que representam o amor de Deus para comigo, os quais tive a sorte de ter durante toda a minha vida.

Ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba, representado pelas maravilhosas professoras Rosa Zuleide Lima (Coordenadora), a qual tive o prazer de auxiliar durante a disciplina Representação Temática da Informação I, como monitora, e Edna Pinheiro (Chefe de departamento), verdadeiras mães, agradeço pelas experiências adquiridas e compartilhadas em seus espaços, pelo incentivo, apoio e oportunidades.

Aos colegas companheiros da Gestão Bibliográfica (2014-2015), Ronald, Kênia, Salieri, Héllida, Luciano, Edvan e Ana Luíza, momento em que tive o privilégio de ser representante discente do Centro Acadêmico de Biblioteconomia, período de grande aprendizado e engrandecimento pessoal, do movimento estudantil e, acima de tudo, com a ajuda deles, aprendi sobre liderança participativa.

A todos os professores da Universidade Federal da Paraíba, que cada um com seu jeitinho me ensinaram muito não só na vida acadêmica, mas no lado pessoal e profissional também. A todos os docentes do Departamento de Ciência da Informação da UFPB e substitutos, Geysa Flávia, Izabel França, Clezio Amorim, Gustavo Henrique, Isa Freire, Elizabeth Baltar, Alba Lígia, Ediene Toscano, Eliane Paiva, Wagner Araújo, Marckson Sousa, Alzira Karla, Marynice Autran, Dulce Amélia, Joana Coeli, Emeide Nóbrega, Patrícia Silva, Guilherme Dias, Genoveva Batista, Rosa Zuleide, Edna Gomes, Carlos Xavier, Mirian Albuquerque, Meriane Vieira, Bernardina Freire, Gisele Cortes, Maria da Vitória, Raíssa Carneiro e a todos os outros que de alguma forma contribuíram para a minha formação.

À professora doutora Joana Coeli Ribeiro Garcia que foi minha primeira orientadora ao chegar na UFPB, durante o programa Jovens Talentos para a Ciência, quando tive a oportunidade de ser bolsista aprovada por seleção na primeira turma deste projeto piloto.

À professora pós-doutora Edna Brennand, minha orientadora durante o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/CNPQ), a qual me deu grandes oportunidades de aprendizado com o projeto de implementação da Biblioteca Digital Paulo Freire (BDPF), período de grande crescimento acadêmico, momento de grande produção intelectual e aprendizado de como se fazer pesquisa.

À professora Denise Gomes Pereira de Melo, agradeço em especial, por, além de brilhantemente ter sido minha professora durante duas disciplinas do curso, por ter sido uma chefe excepcional, quando do período de estágio curricular, que tive a honra de ser selecionada através de concurso, no Tribunal Regional do Trabalho – 13ª Região, momento de grande enriquecimento pessoal e profissional. Obrigada a toda família TRT13, Gilvan Carvalho, Fatima Vieira, Marden, Martha. Agradeço por ser exemplo para mim, uma verdadeira Mestra.

Aos meus colegas de curso que compartilharam de muitos momentos, em especial a Geane Mary e Jordana Kelly, companheiras nos trabalhos em grupo, além de Candice Lopes, Thaisa Priscilla, Isael Batista, Adelaide Helena, Joseilton Lúcio, Eraldo Isídio, Jadson Bezerra, Antônio Candeia, Rosicleide Carvalho, Conceição Medeiros, Diana Santos, Melquiza Pereira, Flávia Nascimento, Kátia Wanessa, Antônio Valentim, Maria Valtiqueza, Andrea Moura, Victor Luiz, José Domingos Neto, Tiago Araújo, Janiely Santos, Marcionila Andrade, os quais comigo conviveram durante os últimos anos nesta luta.

À minha orientadora Maria Amélia Teixeira da Silva, por sempre me atender pacientemente, por me orientar e acreditar em mim, por ter ido até o fim para que eu pudesse concluir o curso no período correto e defender minha monografia.

Aos bibliotecários da UFPB com os quais pude ter contato, durante os laboratórios de práticas integradas, Leonardo Cavalcante, Janeide Duarte, Sueleem e Clebson. À bibliotecária e *hepl desk* do Portal de Periódicos da Capes, Mônica Paiva, que me deu a oportunidade de ajudar durante os treinamentos do portal.

A todos os colegas e amigos construídos na Universidade, no curso de Biblioteconomia e em Arquivologia, também, em especial aos arquivistas João Paulo Silva, Ismaelly Batista, Flávia Telmo e Geissikelly Marques, os quais pude ter maior aproximação durante a época da representação estudantil e da organização do XVIII Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia.

Muito obrigada a todos os envolvidos nessa jornada!

Uma sociedade inclusiva é aquela capaz de contemplar, sempre, todas as condições humanas, encontrando meios para que cada cidadão, do mais privilegiado ao mais comprometido, exerça o direito de contribuir com seu melhor talento para o bem comum. (Cláudia Werneck, 2003).

RESUMO

A pesquisa teve o objetivo de avaliar as condições estruturais de acessibilidade para usuários em cadeiras de rodas na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba. Para o desenvolvimento desta, foram consultados diversos textos acerca da referida temática, fazendo-se um levantamento bibliográfico em Banco de Teses e Dissertações, *Scielo*, Trabalhos de Conclusão de Curso, periódicos científicos e anais de eventos. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. A coleta de dados realizada em duas fases: a primeira foi uma observação sistemática, utilizando câmera fotográfica e trena, e a segunda, foi aplicado, como instrumento de coleta de dados, o questionário a usuários cadeirantes da BC/UFPB. Os resultados permitiram concluir que, apesar da Biblioteca Central da UFPB possuir condições de acessibilidade aos usuários cadeirantes, estas condições não seguem completamente às normas de acessibilidade vigentes, como a NBR 9050:2015, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, o que se constituem em barreiras de acesso a pessoas com deficiência. Considera-se, a partir da análise e interpretação dos dados, feita sob uma abordagem qualitativa, que são necessárias algumas mudanças estruturais nesta unidade informacional, com vistas a melhorias e à inclusão desta demanda de usuários, para que possa se tornar uma biblioteca acessível tanto quanto ao espaço físico, quanto no mobiliário e equipamentos, sempre com o intuito de facilitar o acesso e uso das informações desses usuários.

Palavras-chave: Acessibilidade. Biblioteca Universitária. Biblioteca Central – UFPB. Usuários em cadeiras de rodas. Acesso à informação. Direito a informação.

ABSTRACT

The research had the objective of evaluating the structural conditions of accessibility for users in wheelchairs in the Central Library of the Federal University of Paraíba. For the development of this, several texts on the subject were consulted, being made a bibliographical survey in Bank of Theses and Dissertations, Scielo, Works of Conclusion of Course, scientific journals and annals of events. This is an exploratory and descriptive research with a qualitative approach. Data collection was carried out in two phases: the first was a systematic observation, using a photographic camera and a tape, and the second, a questionnaire was used as a data collection instrument for BC / UFPB users. The results allowed us to conclude that, although the UFPB Central Library possesses accessibility conditions for wheelchair users, these conditions do not fully comply with current accessibility standards, such as NBR 9050: 2015 of the Brazilian Association of Technical Standards, which constitute Barriers to access for people with disabilities. It is considered from the analysis and interpretation of the data, made under a qualitative approach, that some structural changes are necessary in this informational unit, with a view to improvements and the inclusion of this demand of users, so that it can become an accessible library both In terms of physical space, furniture and equipment, always with the purpose of facilitating the access and use of the information of these users.

Keywords: Accessibility. University Library. Central Library - Federal University of Paraíba. Users in wheelchairs. Access to information. Right to information.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Biblioteca Central da UFPB.....	42
Figura 2 – Rampa de acesso na entrada.....	45
Figura 3 – Corrimão recomendado em rampa.....	45
Figura 4 – Entrada da Biblioteca Central.....	46
Figura 5 – Entrada atual da Biblioteca Central.....	46
Figura 6 – Elevador inutilizado.....	47
Figura 7 – Elevador do SCE.....	47
Figura 8 – Rampa de acesso ao elevador.....	48
Figura 9 – Recomendações da NBR 13994:2000 para acessibilidade em elevadores.....	48
Figura 10 – Porta de entrada dos sanitários do térreo.....	50
Figura 11 – Entrada dos sanitários do térreo com desnível no piso.....	50
Figura 12 – Boxe com abertura para a interior.....	51
Figura 13 – Bacia sanitária e barras.....	51
Figura 14 – Boxe com bacia sanitária.....	51
Figura 15 – Recomendação de medidas para bacia com caixa suspensa e barras de apoio.....	51
Figura 16 – Sanitário feminino 1º andar.....	52
Figura 17 – Sanitário masculino 1º andar.....	52
Figura 18 – Balcão de empréstimo.....	53
Figura 19 – Balcão da SCE.....	53
Figura 20 – Balcão do Serviço de Referência.....	53
Figura 21 – Balcão da Seção de Periódicos.....	53
Figura 22 – Medidas recomendadas para balcão de atendimento acessível.....	54
Figura 23 – Distância entre estantes na BC.....	54
Figura 24 – Estantes da coleção de periódicos.....	54
Figura 25 – Distância mínima entre estantes recomendada.....	55
Figura 26 – Ambiente de estudo/leitura.....	56
Figura 27 – Mesa pontiaguda.....	56
Figura 28 – Terminal de consulta da BC	56
Figura 29 – Terminal de consulta recomendado pela norma.....	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução da acessibilidade por décadas.....	20
Quadro 2 – Leis, normas, decretos, documentos e recomendações de Acessibilidade.....	24
Quadro 3 - Frequência dos usuários em cadeiras de rodas na BC/UFPB.....	57
Quadro 4 - Motivação em frequentar à BC/UFPB.....	58
Quadro 5 - Acessibilidade na BC/UFPB.....	59
Quadro 6 – Principal barreira enfrentada pelos UCR.....	60
Quadro 7 – Sugestões de melhorias feitas pelos cadeirantes à BC/UFPB.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
BC - Biblioteca Central
BDTD - Biblioteca de Teses e Dissertações
BS - Bibliotecas Setoriais
BU - Biblioteca Universitária
CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CCS - Centro de Ciências da Saúde
CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CEPDE - Conselho Estadual para Política de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CEPRODI-PD - Conselho Estadual de Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidades das Pessoas com Deficiência
CI - Ciência da informação
CIA - Comitê de Inclusão e Acessibilidade
CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CT - Centro de Tecnologia
DDC - Divisão de Desenvolvimento de Coleções
DPT - Divisão de Processos Técnicos
DSU - Divisão de Serviços ao Usuário
HTML - *HyperText Markup Language*
IES - Instituições de Ensino Superior
IFLA - Federação Internacional das Associações de Bibliotecários
NBR - Norma Brasileira
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PCD - Pessoa com deficiência
PCR - Pessoas em Cadeiras de Rodas
PNEs - Pessoa com Necessidades Especiais
SCE - Seção de Coleções Especiais
SCIELO - *Scientific Electronic Library Online*
SIA - Símbolo Internacional de Acesso

TA - Tecnologia Assistiva

TCCs - Trabalhos de Conclusão de Cursos

UCR - Usuário em Cadeira de Rodas

UI – Unidade de informação

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

XHTML - *EXtensible HyperText Markup Language*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	ACESSIBILIDADE.....	17
2.1	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL.....	22
2.2	LEGISLAÇÃO E NORMAS BRASILEIRAS.....	24
3	ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS.....	27
3.1	ACESSIBILIDADE FÍSICA.....	29
3.1.1	Ambiente externo.....	30
3.1.2	Ambiente interno.....	30
4	USUÁRIOS EM CADEIRAS DE RODAS.....	37
5	PERCURSO METODOLÓGICO.....	38
5.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	39
5.2	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	40
5.3	FASES DA PESQUISA.....	41
5.4	AMBIENTE DA PESQUISA: a Biblioteca Central da UFPB.....	42
6	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	44
6.1	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA.....	44
6.2	ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS.....	52
6.3	ANÁLISES DAS REPOSTAS DO QUESTIONÁRIO.....	57
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS.....	65
	APÊNDICE A.....	72
	APÊNDICE B.....	73

1 INTRODUÇÃO

No momento histórico em atual, cheio de crises e mudanças, acompanhado também de grandes oportunidades, as pessoas com deficiência (PCD) lutam mais por seus direitos do que os não deficientes, seja na educação, inclusão ou reserva de mercado, alguns ganham mais, produzem mais do que uma pessoa sem deficiência, inclusive. No campo dos esportes, por exemplo, um comparativo que se pode citar é que a performance dos para-atletas brasileiros tem superado o desempenho dos esportistas sem deficiência, ganhando mais medalhas nas paraolimpíadas, como é visto em pesquisas e reportagens, talvez por demonstrarem maior vontade de superação e organização técnica. Apesar de se saber que pessoas com algum tipo de deficiência possuem direitos e deveres, os quais têm a prerrogativa de proporcionar a equidade entre pessoas com deficiência e os que não possuem deficiência alguma, é sabido também que muitas vezes são negligenciados, mesmo havendo uma verdadeira luta para que esses direitos sejam atendidos.

É perceptível no dia a dia, que, mesmo tarefas que possam parecer simples, apresentam-se como um verdadeiro desafio, como por exemplo, o simples ato de estudar ou de se fazer uma pesquisa indo a uma biblioteca. As pessoas com deficiência/necessidades especiais, independente de seu grau, são exemplos, podem enfrentar inúmeras dificuldades nesse processo de busca e recuperação de informação.

Tendo isso em vista, no presente trabalho de conclusão de curso, objetiva-se refletir acerca de alguns dos principais problemas que enfrentam as pessoas com deficiência física, em especial Pessoas em Cadeiras de Rodas (PCR), conforme nomenclatura adotada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - Norma Brasileira (NBR) 9050/2015 de **acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos** (ABNT, 2015) e legislação vigente, o que poderia ser feito para facilitar/melhorar o acesso destas pessoas a unidades de informação, neste caso, em específico como se apresenta a acessibilidade da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba. Vale ressaltar que as expressões “portador de deficiência” ou “portador de necessidades especiais” tornaram-se obsoletas, uma vez que, atualmente, seu uso é considerado inadequado para designar alguém com deficiência, por estes termos reforçarem a

exclusão e a segregação. Além disso, o termo “portador” refere-se a algo que se “porta”, o que dá uma conotação de que é possível se desvencilhar a qualquer momento, ou que é algo temporário. No entanto, a deficiência, na maior parte dos casos, é permanente. Não se deve rotular alguém com estes termos, para que a deficiência não seja “a marca” principal da pessoa, em detrimento de sua condição humana.

O caso mais atual a respeito da linguagem de como tratar pessoas com deficiência (PcD), ou nomenclatura adequada e alguns considerações com vistas à inclusão foram tecidas ao longo do **Projeto de lei nº 2639/2017**, que altera o nome do Conselho Estadual para Política de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Cepde), criado pela Lei Nº 2.525, de 22 de janeiro de 1996, para Conselho Estadual de Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidades das Pessoas com Deficiência (Ceprodi-PD/RJ) e dá outras providências. (BRASIL, 2017)

Acredita-se que através da informação tanto uma Pessoa com Necessidades Especiais (PNEs) como qualquer outra tendo ou não de alguma limitação, poderá incluir-se em seu meio social, tornando-se acima de tudo uma cidadã nesta sociedade da informação. Permitir o acesso à informação nas unidades informacionais é uma forma fundamental de inclusão social e auxílio ao fomento de profissionais.

O tema Acessibilidade tem sido alvo de muitas discussões nas mais diversas áreas do conhecimento e, na Biblioteconomia e Ciência da informação (CI), tal constatação é observada em artigos acadêmicos e nos Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCCs) de graduação, especialização, nas dissertações e teses dos Programas de Pós-graduação.

A temática “Acessibilidade para deficientes físicos em unidades de informação, o caso da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (BC/UFPB)” foi escolhida pela inquietação da pesquisadora ao observar a baixa frequência e circulação de usuários em cadeiras de rodas nesta unidade de informação. Outro motivo que justifica esse estudo é observação da estrutura física, que visivelmente impõe barreiras de uso e acesso à informação contida nesta biblioteca aos usuários cadeirantes. Acredita-se que esta pesquisa é relevante, uma vez que analisará os motivos que constituem barreiras e impedimentos aos usuários em cadeiras de rodas de terem acesso à Biblioteca Central, inclusive as causas de

muitos optarem pelas bibliotecas setoriais da mesma instituição à Biblioteca Central da UFPB, mesmo esta possuindo acervo muito mais amplo, no sentido de variedade e quantidade de títulos e exemplares.

Para a realização da pesquisa a questão problema enunciada que norteia estudo e o que se busca responder com a coleta, análise e interpretação dos dados é: **A Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba possui condições de acessibilidade para usuários em cadeiras de rodas?**

Para responder a questão acima proposta foi traçado como objetivo geral deste trabalho: avaliar as condições estruturais de acessibilidade para usuários em cadeiras de rodas na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba. E para a consolidação deste, faz-se necessário destacar os objetivos específicos, a saber: traçar o perfil dos usuários em cadeiras de rodas que utilizam essa unidade de informação; levantar as leis e normas brasileiras referentes à temática abordada; avaliar o ambiente da biblioteca de acordo com as necessidades dos usuários em cadeiras de rodas e; sugerir caso necessário, mecanismos, à luz da literatura para contribuir com a acessibilidade dos usuários em cadeiras de rodas.

2 ACESSIBILIDADE

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050 (2015, p. 2), entende-se acessibilidade como a:

possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para 'utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

De forma quase semelhante, o conceito de acessibilidade já tinha sido adotado na Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000 no seu artigo 2º. (BRASIL, 2000).

Em meio a tantos conceitos encontrados, uma definição que representa muito bem a intenção deste trabalho é a de Melo (2006, p. 17) quando explana que:

É bastante comum associá-la [a acessibilidade] primeiramente ao compromisso de melhorar a qualidade de vida dos idosos e de pessoas com deficiência (ex. perceptual, cognitiva, motora e múltipla), uma vez que essas pessoas, em geral, sofrem impacto direto da existência de barreiras nos vários ambientes, produtos e serviços que utilizam. Entretanto, acessibilidade ou possibilidade de alcance aos espaços físicos, à informação, aos instrumentos de trabalho e estudo, aos produtos e serviços diz respeito à qualidade de vida de todas as pessoas.

Conforme Coutinho e Silva (2012, p. 7), “o surgimento do termo acessibilidade vem do latim *accessibilitate*, que significa facilidade de acesso, de obtenção”.

A partir das definições supracitadas, bem como, destacado por Pereira (2013, p. 23) podemos entender a acessibilidade como “uma forma de promover às pessoas, independente de suas limitações, a garantia de seus direitos, ou seja, o acesso e uso de todos os serviços de informação, de forma igualitária, livre de barreiras”.

Conforme Melo (2006, p. 18) a acessibilidade pode ser dividida em 06 (seis) dimensões, especificando-as em:

- **Acessibilidade arquitetônica:** Não deve haver barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transporte individuais ou coletivos;
- **Acessibilidade comunicacional:** Não deve haver barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual;
- **Acessibilidade metodológica:** Não deve haver barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária e de educação dos filhos;
- **Acessibilidade instrumental:** Não deve haver barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho e de lazer ou recreação;
- **Acessibilidade programática:** Não deve haver barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas e normas ou regulamentos;
- **Acessibilidade atitudinal:** Não deve haver preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Faz-se necessário lembrar que a acessibilidade não diz respeito apenas ao aspecto físico, internos ou externos de ambientes, mas engloba vários aspectos relacionados e interdisciplinares, como já expostos por Melo (2006). É alvo de estudo de várias áreas, como a Arquitetura, na área tecnológica/computacional, como desenvolvimento de softwares e sites voltados para o público de pessoas com necessidades especiais, além das tecnologias “assistivas”. Destaca-se ainda na Arquitetura da Informação, que, conceituando de forma simplificada, visa adequar

aos aspectos ergonômicos os sites ou portais de informação para que a busca seja rápida e haja uma eficiente recuperação da informação pelo usuário.

O entendimento amplo para acessibilidade, relacionado aos vários aspectos que interferem no convívio e na participação na sociedade, aliado ao Design Universal, pode contribuir para o delineamento de uma sociedade para todos. O Design Universal (*Universal Design*), ou Design para Todos (*Design for All*), diz respeito ao desenvolvimento de produtos e de ambientes para serem usados por todas as pessoas, na maior extensão possível, sem a necessidade de adaptação ou design especializado.

Embora possa ser percebido com ceticismo por algumas pessoas, uma vez que existam situações nas quais é impossível chegar a soluções que atendam a todos indiscriminadamente, os princípios do Design Universal podem nortear o desenvolvimento e a avaliação de ambientes, produtos e serviços mais abertos às diferenças:

- 1 - Uso eqüitativo.** O design é útil e comercializável para pessoas com habilidades diversas.
- 2 - Flexibilidade no uso.** O design acomoda uma ampla variedade de preferências e habilidades individuais.
- 3 - Simples e intuitivo.** O uso do design é fácil de entender, independentemente da experiência, do conhecimento, das habilidades lingüísticas ou do nível de concentração corrente do usuário.
- 4 - Informação perceptível.** O design comunica a informação necessária efetivamente ao usuário, independentemente das condições do ambiente ou das habilidades sensoriais do usuário.
- 5 - Tolerância ao erro.** O design minimiza perigos e consequências adversas de ações acidentais ou não intencionais.
- 6 - Baixo esforço físico.** O design pode ser usado eficientemente, confortavelmente e com um mínimo de fadiga.
- 7 - Tamanho e espaço para aproximação e uso.** Tamanho apropriado e espaço são oferecidos para aproximação, alcance, manipulação e uso independentemente do tamanho do corpo, postura ou mobilidade do usuário. (MELO, 2006, p. 18-19)

Ainda de acordo com Melo (2006, p. 19),

A ideia subjacente ao Design Universal é que produtos e ambientes devem ser adequados, de forma direta, a um amplo número de pessoas, diferentes quanto à percepção visual e auditiva, à mobilidade, ao controle dos movimentos, à altura, ao peso, à maneira de compreender e se comunicar, entre tantos outros aspectos. Considerá-lo não implica negligenciar fatores econômicos, de

engenharia, culturais, de gênero e ambientais, que são valiosos em qualquer situação prática de design.

Entretanto, quando da impossibilidade de se promover o acesso e o uso de produtos e ambientes de forma direta, faz-se necessário considerar também a oferta de alternativas de acesso por meio de acessórios ou opções padronizadas, a compatibilidade com tecnologias assistivas e, em último caso, a facilidade de modificações sob demanda (MELO, 2006).

Resumindo, promover soluções de acessibilidade numa perspectiva de Design Universal pode potencializar a convivência e a participação na sociedade na igualdade de direitos e deveres, na maior extensão possível, sem discriminação.

Apesar de toda a pluralidade de nuances em que a acessibilidade está envolta, será abordada e dado enfoque, nesta pesquisa, à acessibilidade física, também denominada acessibilidade arquitetônica, de acordo com Sassaki (2006), e à acessibilidade de mobiliários e equipamentos, motivos de maior preocupação, restringindo o campo de pesquisa à Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (BC/UFPB).

É importante se fazer um breve apanhado histórico da luta pelos direitos das pessoas com necessidades especiais (PNEs), com o intuito de se observar a evolução desse termo e desses direitos. Sassaki (2012) citado por Pereira (2013), que propôs a elaboração de um quadro para tornar mais didática a explanação, resume e apresenta de forma muito clara e concisa essa evolução histórica, onde o autor organiza por décadas, conforme abaixo:

Quadro 1 – Evolução da acessibilidade por décadas

DÉCADA	EVOLUÇÃO DO TERMO ACESSIBILIDADE
Anos 40	Serviços de reabilitação física e profissional – historicamente, a origem do uso do termo acessibilidade para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência está no surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional, no final da década de 40.
Anos 50	Barreiras arquitetônicas e Integração – com a prática da reintegração de adultos reabilitados, ocorrida na própria família, no mercado de trabalho e na comunidade em geral, profissionais de reabilitação constataavam que essa prática era dificultada e denunciavam a existência de barreiras arquitetônicas nos espaços urbanos, nos edifícios e residências e nos meios de transporte coletivo. Surgia assim a fase da integração, que duraria cerca de 40 anos até ser substituída gradativamente pela fase da inclusão.
Anos 60	Universidades americanas com mais acessibilidade – iniciaram a eliminação das barreiras arquitetônicas existentes em seus recintos: áreas externas, estacionamentos, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, lanchonetes etc.

Anos 70	<p>Surgimento do primeiro centro de vida independente (CVI) do mundo em Berkeley, Califórnia, EUA, e de centenas de CVIs impulsionou o exercício da independência (tomada de decisões) e da autonomia (funcionalidade) de pessoas com deficiência.</p> <p>Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes: “As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade” ONU (1975, apud SASSAKI, 2012).</p>
Anos 80	<p>Lema “Participação Plena e Igualdade” do I Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981) levou pessoas com deficiência a desencadearem campanhas mundiais para alertar a sociedade a respeito das barreiras arquitetônicas e exigir não apenas a eliminação delas (através do desenho adaptável) como também a não-inserção de barreiras já nos projetos arquitetônicos (através do desenho acessível). Na segunda metade da década de 80, surgiu o conceito de inclusão contrapondo-se ao de integração. Declaração de Cave Hill: “Todas as barreiras que impeçam a igualdade de oportunidades devem ser removidas.” (<i>DISABLED PEOPLES’ INTERNATIONAL</i>, 1983). Programa Mundial de Ação relativo às Pessoas com Deficiência: “Os Países Membros devem trabalhar em prol de um ambiente físico acessível para todos, abrangendo as pessoas com vários tipos de deficiência.” ONU(1983, apud SASSAKI, 2012).</p>
Anos 90	<p>Surgimento do conceito de desenho universal (ambientes, meios de transporte e utensílios devem ser projetados para todos), do paradigma da inclusão e da visão de diversidade humana – ampliando o conceito de acessibilidade para abranger dimensões arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais etc. Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência: “Os Países-Membros devem iniciar medidas que removam os obstáculos à participação no ambiente físico. Tais medidas devem desenvolver padrões e diretrizes e considerar a promulgação de leis para garantir a acessibilidade a várias áreas da sociedade, tais como moradia, edifícios, serviços de transportes públicos e outros meios de transporte, ruas e outros ambientes externos.” (ONU, 1993). Carta para o Terceiro Milênio: “O século 20 demonstrou que, com inventividade e engenhosidade, é possível estender o acesso a todos os recursos da comunidade – ambientes físicos, sociais e culturais. No século 21, nós precisamos estender este acesso – que poucos têm – para muitos, eliminando todas as barreiras ambientais que se interponham à plena inclusão deles na vida comunitária.” (<i>Rehabilitation International</i>, 1999).</p>
A partir de 2000	<p>Longa luta pelo direito de ir-e-vir se incorpora à defesa de todos os direitos humanos. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Do tema “acessibilidade” se ocupa todo o Artigo 9, mas ele aparece também em diversas outras partes” ONU (2006, apud SASSAKI, 2012). Entre outras legislações, decretos, etc.</p>

Fonte: Sassaki *apud* Pereira, 2013.

A partir da observação desse quadro, é possível perceber a evolução e amplitude que a temática acessibilidade ganhou em aproximadamente 08 (oito) décadas. Outro ponto importante, a respeito do quadro, é a visão humanista que o

termo imprime e que se consolidam cada vez mais, como também os aspectos jurídicos que se agregam as reflexões.

2.1 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

Permitir acesso à informação é uma importante forma de inclusão social, visto que na sociedade da informação na qual estamos imersos, o capital é a informação e através dela é possível se inserir na sociedade e, de fato, haver a consolidação como cidadãos. Mas afinal, o que é inclusão e a quem ela se destina?

A inclusão é um movimento baseado em um sistema de valores que faz com que todos sintam-se bem-vindos, celebrando a diversidade – seja esta diversidade de gênero, nacionalidade, raça, linguagem de origem, nível social, educacional ou deficiência, afirma Mittler (2003). Inclusão, portanto, é um movimento que se iniciou em torno da busca pela educação de qualidade para todos.

Conforme Pupo (2006), a inclusão surgiu como oposição ao movimento de integração, dentro do debate sobre o acesso de alunos com deficiência às escolas regulares. Para o movimento de integração, os alunos com deficiência deveriam ter atendimento educacional segregado dos demais, contudo, para a inclusão, este atendimento educacional deveria ser realizado incondicionalmente nas escolas regulares, sem segregações ou exceções de qualquer natureza. Cabe pontuar que esta ainda é uma discussão em pleno vigor na área da educação (integração x inclusão).

É importante destacar a responsabilidade que o bibliotecário assume ao estar submetido ao Código de Ética que rege sua profissão, o qual enfatiza a importância de valorizar o cunho liberal e humanista da profissão. Além disso, a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários (IFLA), em 29 de março de 1999, na Declaração dos Direitos da Pessoa Usuária dos Serviços Prestados por Profissionais da Informação, conclama os bibliotecários a “garantirem e facilitarem o acesso a todas as manifestações do conhecimento e da atividade intelectual; a adquirirem, preservarem e tornarem acessíveis a mais ampla variedade de materiais que reflitam a pluralidade e a diversidade da sociedade”.

Pessoas com deficiência não podem nem devem ser excluídas desse processo, pois podem ser grandes beneficiárias das inovações proporcionadas pelos

meios de comunicação, e não compete aos bibliotecários, nem é lícito escolher quais seres humanos serão recebidos ou atendidos no seu ambiente de trabalho.

De acordo com definição de Werneck (2003, p. 22),

uma sociedade inclusiva é aquela capaz de contemplar, sempre, todas as condições humanas, encontrando meios para que cada cidadão, do mais privilegiado ao mais comprometido, exerça o direito de contribuir com seu melhor talento para o bem comum.

Segundo a autora, o conceito de sociedade inclusiva foi explicitado pela primeira vez em 14 de dezembro de 1990, pela resolução 45/91, assinada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que propõe “[...] mudança no foco do programa das Nações Unidas sobre deficiência passando da conscientização para a ação, com o propósito de se concluir com êxito uma sociedade para todos por volta do ano 2010”.

O direito à cidadania, à igualdade e à dignidade são valores há muito tempo discutidos na história da humanidade. O artigo 3º da Constituição Federal destaca que: “O direito de ir e vir, de trabalhar e de estudar é a mola-mestra da inclusão de qualquer cidadão e, para que se concretize em face das pessoas com deficiência, há que se exigir do Estado a construção de uma sociedade livre, justa e solidária” (BRASIL, 2009, p. 11). Para o Ministério do Trabalho, no que se refere às pessoas com deficiência, as políticas públicas estão superando a característica assistencialista e excludente para possibilitar uma inclusão efetiva (BRASIL, 2009).

O manifesto contra o Estatuto da Pessoa com Deficiência mostra que muito ainda necessita ser aperfeiçoado, as pessoas com deficiência clamam por participação igualitária em sociedade, com os mesmos direitos e obrigações, incluídas nos serviços oferecidos à população cujas especificidades somente serão necessárias quando as condições de uma determinada deficiência assim exigirem.

No contexto hodierno, onde é possível contar com o auxílio das tecnologias de informação e comunicação (TICs), surge também outra forma de tecnologia, as quais têm como alvo auxiliar especificamente Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs), são as denominadas tecnologias assistivas, que constituem mais uma forma de equiparar e facilitar o trabalho para pessoas com algum tipo de deficiência, visando oferecê-las maior autonomia, independência e consequente inclusão social.

Embora muitas dessas ações contenham características de integração (quando as pessoas com deficiência têm que se adaptar aos modelos existentes na sociedade), eventualmente fazem parte de um caminho a percorrer visando à

inclusão, cujo maior impacto é a abolição incondicional da segregação, fazendo com que a sociedade se adapte para atender as necessidades de todas as pessoas.

A tecnologia assistiva (TA) pode ser definida como qualquer item ou sistema de produtos modificados ou elaborados sob medida, para que possam ser utilizados para aumentar, manter ou melhorar habilidades de pessoas com limitações funcionais (PUPO; BONILHA; CARVALHO, 2004).

Uma tecnologia considerada assistiva por ser utilizada para o auxílio do desempenho funcional de atividades, permitindo a redução de incapacidades para a efetuação de atividades do cotidiano, podendo ser utilizada por profissionais da área da saúde, reabilitação e educação. São instrumentos eficazes, que devem ser utilizados para algumas estratégias e como ferramentas para o manuseio em serviços informacionais com vistas a permitir o acesso à informação.

2.2 LEGISLAÇÃO E NORMAS BRASILEIRAS

No cenário nacional, já dispõe-se de vários instrumentos legais como: Leis, Decretos, Normas, Resoluções, Portarias entre outras, destinados às PNEs. Conforme Martins (2012), até a década de 80, a legislação brasileira tinha um caráter assistencialista e paternalista, onde ratificava a visão e a prática com as questões envolvendo as PNEs e atualmente a postura legalista visa a integração dessas pessoas no meio em que vivem.

No quadro abaixo, adaptado e atualizado de Pereira (2013), é feito um breve apanhado dos principais instrumentos a fim de obter uma percepção mais aprofundada sobre o que trata cada um.

Quadro 2 – Leis, normas, decretos, documentos e recomendações de Acessibilidade

INSTRUMENTO	DESCRIÇÃO
Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985	Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.
Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
NBR 9.050/2015	Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos.
NBR 13.994/2000	Elevadores de Passageiros: elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência
NBR 10.898/1999	Sistema de Iluminação de Emergência.
NBR 15.599/2008	Acessibilidade – comunicação na prestação de serviços.
Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano viver sem limite.
Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011	Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
Decreto Nº 186, de 09 de julho de 2008	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.
Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.
Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004	Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade.
Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001	(Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999	Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
Resolução nº4 CNE/CEB	Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
Portaria nº 976, de 05 de maio de 2006	Critérios de acessibilidade os eventos do MEC.
Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
Portaria nº 1.679 de 2 de dezembro de 1999	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de

	credenciamento de instituições.
Declaração de Salamanca	Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

Fonte: Adaptado de Pereira, 2013.

Após a explanação desse panorama, observa-se o enorme volume de instrumentos legais, onde quase sempre um surge para complementar ou suprir a necessidade de outro já existente, percebe-se também o quanto a sociedade já tem se preocupado com políticas, ações e leis que visam garantir o acesso e permanência das PNEs não apenas no âmbito do ensino regular, mas também nas Instituições de Ensino Superior (IES).

A legislação brasileira, gradativamente estabelece normas, regulamentos e definições que conscientizam e impulsionam no sentido de quebrar as barreiras físicas e comportamentais na busca de soluções que minimizem as dificuldades das pessoas com deficiência e facilitem seu acesso à cultura, lazer e ao conhecimento.

Entretanto, apesar de existirem tantos instrumentos legais e ainda outros que não foram expostos, bem como, de existirem muitas ações onde todos pontuam o direito a educação, a informação, a serviços, entre outros, a questão maior é que não são instrumentos tão recentes. Tenta-se aprofundar a reflexão de cada um desses instrumentos, entretanto, verifica-se que o que foi colocado em prática ainda se distancia de uma realidade mais cidadã.

Conforme assinala Pupo (2006), para as pessoas com deficiência, os principais resultados da legislação foram traduzidos em ações voltadas à vida independente e autonomia a partir do final do século passado, destacando-se: implementação de projetos de equiparação de oportunidades; implantação de redes locais de informação, conectadas a redes regionais e internacionais e implementação gradual das leis de cotas na contratação de pessoas com deficiência.

A seguinte citação retifica e resume o panorama geral de como tem se caracterizado a legislação nacional à respeito da acessibilidade:

A legislação brasileira é bem estruturada e avançada, mas na prática há várias dificuldades a serem transpostas. As barreiras de atitudes e a necessidade de conscientização da sociedade, entre tantos obstáculos, acabam desembocando na questão orçamentária das instituições que se propõem a ser acessíveis e inclusivas (PUPO, 2006, p.42).

Vale ressaltar que os avanços em Ciência e Tecnologia e o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e comunicação contribuíram significativamente, ampliando as possibilidades de acesso às pessoas com deficiência à *web* e, conseqüentemente, ao conhecimento.

3 ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Nesta seção serão apresentados os conteúdos que darão base à análise e discussão dos dados coletados.

O conceito de biblioteca vem se modificando com o passar do tempo, em especial na atual conjuntura tecnológica contemporânea, contudo, a afirmação de Milanesi (1993, p. 15) contempla de forma simples, porém completa, o que se deve entender sobre seu conceito, ao afirmar que

A ciência é cumulativa e a biblioteca tem a função de preservar a memória – como se ela fosse o cérebro da humanidade – organizando a informação para que todo ser humano possa usufruí-la. Isso vai da biblioteca que se constrói para aqueles que se alfabetizam até a biblioteca especializada para o homem da ciência. A distância é grande – a mesma que existe entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento.

Tal concepção remete ao mais amplo conceito de biblioteca em vista de sua essência, de sua finalidade independente do tipo de usuário ou nível intelectual da comunidade onde esteja inserida.

A partir da criação e evolução das Universidades, surge a necessidade da existência de um local onde reúna conteúdos específicos voltados para esse público, bem como um local onde possam ser armazenadas as produções científicas de tal comunidade, nesse sentido, aborda-se neste trabalho, a Biblioteca Universitária (BU).

A BU é uma biblioteca vinculada a uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública ou privada, pode ser centralizada ou descentralizada, ou seja, várias bibliotecas numa mesma instituição, podendo ser denominada como Bibliotecas

Setoriais (BS), que servem aos centros, institutos, escolas ou cursos de uma universidade. Da mesma forma que a IES deve estar voltada para as necessidades educacionais, culturais, tecnológicas e científicas a BU deve visar os mesmos objetivos (FERREIRA, 1980).

Tendo em vista a comunidade acadêmica de uma IES como foco principal, a BU deve oferecer a seus usuários acesso a todo material informacional disponível em suas coleções, assim, entende-se que esse acesso deve ocorrer sem a existência de barreiras, sejam elas arquitetônicas, atitudinais ou de suporte informacional.

A biblioteca universitária, foco central deste estudo, precisa estar alinhada ao cenário de inclusão e acessibilidade. Compete a esta prover à comunidade acadêmica, incluindo os que apresentam limitação visual, física e surdez, recursos de informação, oferecendo serviços e produtos diferenciados às suas limitações e potencialidades (PUPO; MELO; FERRES, 2008).

“As bibliotecas universitárias precisam, essencialmente, de autonomia para planejar suas ações, ainda que sigam diretrizes básicas traçadas pelas IES, em consonância com a legislação educacional vigente”, conforme salienta Oliveira (2004, p. 30).

Assim, enfoca a necessidade das BUs não dependerem apenas das políticas institucionais, mas sim serem autônomas para desenvolverem próprias suas atividades. Pode-se ainda aferir a essa autonomia o fator pró-atividade como essencial para uma desenvoltura autônoma.

É indispensável que a BU ofereça acesso livre de barreiras físicas, informacionais ou comunicacionais etc. aos usuários, independente destes serem deficientes ou não, mas é sabido que existam barreiras de acessibilidade. E para tanto a Biblioteca precisa seguir normas e recomendações de acessibilidade para que, nesses ambientes, possa ocorrer de fato.

Tendo-se isso em vista, segue abaixo algumas recomendações consultadas e retiradas da NBR 9050:2015, Desenho universal, Pupo, Melo e Férres (2006). Neste estudo, será dada ênfase apenas a alguns aspectos de acessibilidade interna e recursos de TA para as bibliotecas universitárias.

3.1 ACESSIBILIDADE FÍSICA

De acordo com Férres (2006, p.21),

Uma Biblioteca acessível é um espaço que permite a presença e proveito de todos, e está preparada para acolher a maior variedade de público possível para as suas atividades, com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população. Assim, junto com a acessibilidade digital, tecnologias assistivas e uma correta organização e sensibilização dos funcionários, a acessibilidade física – urbana, arquitetônica e de produtos – representa um dos pilares centrais no planejamento de uma biblioteca acessível, e o conceito de Design Universal é determinante para a concepção deste espaço.

Entretanto, Férres (2006) explica ainda a importância de se constatar se é apenas o ambiente que gera a exclusão dos usuários NEEs da biblioteca. Além de uma estrutura e recursos de TA para gerar a inclusão, um ambiente que esteja preparado nesses aspectos para atender às diferenças não necessariamente exclui e permite o acesso e a integração plena dos pontos de vista funcional, psicológico, atividades diárias etc.

Assim como Férres (2006, grifo nosso), sugere-se que sejam adotadas denominações dos ambientes, para que se possa de fato conhecer o ambiente que se tem e o que se deseja, a autora classifica os ambientes em:

- **Ambiente Acessível** - Quando o ambiente se ajusta aos requerimentos funcionais e dimensionais, e possibilitam a utilização autônoma, com a comodidade e segurança de todos.
- **Ambiente Praticável** - Sem está necessariamente dentro dos parâmetros de acessibilidade propostos pela lei, ainda assim, permite uma utilização autônoma por qualquer pessoa.
- **Ambiente Adaptável** – Através de algumas modificações que não afetam as configurações essenciais, a edificação pode ser transformada ao menos praticável pelos usuários.
- **Ambiente Não-Acessível** - Não reúne os requisitos necessários para um ambiente acessível e praticável.

Desta maneira, serão apresentados aspectos, recomendações de acessibilidade em bibliotecas, seus ambientes externos e internos, nas próximas seções.

3.1.1 Ambiente externo

Analisando-se o ambiente externo da biblioteca é necessário considerar os aspectos de acessibilidade urbana, ou seja, que fica no entorno da biblioteca, devendo-se verificar pontos como: transporte público, rotas adaptadas para que os usuários tenham condições de chegar à biblioteca em segurança, número de vagas suficientes reservadas para deficientes, sinalização horizontal e vertical com símbolo internacional de acesso (SIA), entre outros fatores.

Apesar de sua importância, neste trabalho não será dada ênfase aos aspectos da acessibilidade urbana, por se tratar de uma temática muito específica da área da arquitetura, afinal, entende-se que é preciso tornar o caminho até a biblioteca acessível, ou no mínimo praticável.

3.1.2 Ambiente interno

Nesta seção serão abordados alguns aspectos necessários para promover o mínimo de acessibilidade aos usuários em cadeiras de rodas, foco do nosso estudo.

Na entrada da biblioteca: devem ser levados em consideração pontos como a presença de uma rampa acessível e/ou elevadores acoplados no caso de desníveis seguindo a NBR 9050:2015. É necessário prestar atenção ao tamanho das portas de entrada devendo seguir alguns parâmetros de acessibilidade: medida de vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m, faixa tátil de orientação e alerta, cores contrastantes entre porta e parede ou entre parede e batente.

E caso a porta seja de vidro, recomenda-se uma faixa ao longo de toda a largura da porta e outra de moldura que devem informar a existência desse elemento arquitetônico, seguindo as recomendações da NBR 9050:2015.

Na área de recepção e de atendimento: devem ser projetados para que a informação que o usuário necessita seja facilmente detectada, tanto por tratamento pessoal prioritário e imediato, como por painéis informativos acessíveis impressos ou táteis que mostre, de uma forma bem organizada e clara, a localização e a trajetória

até diferentes pontos internos da biblioteca. Para isso, é preciso seguir a recomendação de longitude de 90 cm a 110 cm da NBR 9050:2015, uma redução da altura do balcão para 75/85 cm, com o objetivo de que possa ocorrer o contato visual entre o bibliotecário-usuário. Com uma altura mínima da parte inferior da mesa do balcão até o chão de 70 cm, profundidade do vão inferior à mesa do balcão de 75 cm para a aproximação frontal de pés e joelhos. É preciso ainda eliminar possíveis barreiras em frente ao balcão que dificulte o acesso ou passagem do usuário. (ABNT, 2015). O Balcão deve permitir uma aproximação frontal e o alcance para que todos possam utilizar de forma igualitária.

As catracas, o cartão de acesso, armários e tudo que for relacionado aos primeiros movimentos e atuação das pessoas, nesse primeiro contato com a biblioteca, devem ser pensados para a acessibilidade, incluindo assim a disposição do mobiliário, seguindo recomendações do Art. 6º do Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004).

Quanto ao espaço interno de circulação: a organização interna dos espaços deve ser claramente compreensível pelo usuário, devem-se evitar becos e áreas sem uso ou qualquer outra configuração que possa causar confusão ou isolamento de pessoas com senso de orientação reduzido.

Recomenda-se sinalizar as rotas que possuam desníveis e corredores estreitos, objetivando evitar possíveis acidentes ou até desvios do destino desejado. Para tanto, pode-se utilizar de faixas guias táteis para projetar rotas desde a entrada da biblioteca aos setores da biblioteca. Devem-se observar também os pisos, pois devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoquem trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê).

Férres (2006) ressalta ainda que uma atenção especial deve ser dada aos tapetes, forrações, carpetes, pois estes devem ser embutidos, fixados e nivelados com o pavimento circundante. Admite-se até certa inclinação transversal da superfície para os pisos, assim como certa inclinação longitudinal máxima, com declividade igual ou superior a 5% são consideradas rampas.

É necessário, ainda, prestar atenção nas dimensões internas e a disposição que estão organizados o mobiliário, uma vez que esses devem permitir a mobilidade de todas as pessoas, principalmente as que utilizam de acessórios de mobilidade

(bastões, andadores, etc.), e de cadeiras de rodas, recomenda-se consultar a NBR 9050:2015 e os padrões do desenho universal.

Além das portas de entrada e dos corredores, as outras portas do espaço interno da biblioteca também devem ser acessíveis seguindo as dimensões antropométricas e devem ser de fácil e leve manipulação (36 Newton de força humana, no máximo, ou de abertura automática), e que de preferência possuam maçaneta tipo alavanca (ABNT, 2015).

Recomenda-se embutir extintores e estantes que não sejam detectáveis no chão pelos bastões, bem como, os murais de informação e telefones nos espaços públicos devem seguir a mesma regra: ser detectáveis no chão e não sobressair de forma que causem acidentes.

Deve-se prestar atenção ainda com a acessibilidade das escadas, rampas e elevadores, seguindo as leis sobre pavimentação, sinalização e localização. (FÉRRES, 2006).

Quanto ao pavimento: recomenda-se que seja estável, antideslizante (em seco e molhado) e sem rugosidades diferentes no mesmo material, como ainda evitar que o piso provoque reflexos excessivos com a iluminação local, pois esse reflexo desorienta o usuário com baixa visão, de acordo com a NBR 9050:2015.

Recomenda-se que as trajetórias sejam todas sinalizadas através da cor, textura ou efeito sonoro, Férres (2006) diz ainda que os pavimentos podem ser classificados em táteis direcionais ou de alerta.

Pavimentos táteis direcionais. Têm textura com seção trapezoidal (formato de linhas em relevo), qualquer que seja o piso adjacente, e devem ser instalados no sentido do deslocamento, ter largura entre 20 cm e 60 cm e ser diferenciados na cor em relação ao piso adjacente. Indicam assim o caminho a ser percorrido em espaços amplos. Quando houver mudança de direção entre duas ou mais linhas de sinalização da trajetória, deve haver uma área de alerta indicando que existem essas alternativas de trajeto. Esta área de alerta é dada pelo pavimento tátil de alerta.

Pavimentos táteis de alerta. Têm textura em relevo tronco-cônicos (formas esféricas em relevo) e devem ser instalados perpendicularmente ao sentido de deslocamento e frente a qualquer elemento arquitetônico que represente um perigo para os usuários dessa sinalização, como escadas fixas ou rolantes, rampas, degraus isolados, colunas, elevadores, qualquer objeto suspenso entre 0,60 m e 2,10 m de altura do piso, ou que tenha volume maior na parte superior do que na base (ex: orelhões). (FÉRRES, 2006, p. 30, grifo da autora).

Acervo: É necessário considerar e pensar na circulação e movimento que uma pessoa precisa para acessar o acervo ou os demais setores da biblioteca devendo considerar os usuários cadeirantes, pessoas de baixa estatura, deficientes visuais, etc. Avaliando a largura dos corredores entre estantes, a distribuição do mobiliário e dos livros nas salas favorecendo o contato visual da pessoa que se encontra no interior da biblioteca, a NBR 9050:2015 recomenda que o espaço entre as estantes seja de no mínimo 0,90m.

Da mesma forma, os livros, revistas, materiais informacionais devem possuir etiquetas claramente perceptíveis para todos, portanto em uma linguagem clara, simples, organizadas na mesma direção, com os títulos perfeitamente legíveis. A organização das mesas deve permitir a aproximação frontal de um usuário em cadeiras de rodas, por isso devem possuir altura mínima de 70 cm desde o chão até a parte inferior da bancada da mesa, seguindo as recomendações da NBR 9050:2015. As cadeiras de preferência não estarão fixas ao solo, para possibilitar a flexibilidade de lugares para usuários de cadeiras de rodas (FÉRRÉS, 2006).

Quanto aos banheiros: a biblioteca tem que possuir banheiros acessíveis as dimensões internas que permitam a inscrição de um círculo de 1,50m de diâmetro, livre de obstáculos e não interferindo com o movimento da porta, que, de preferência, se abrirá para fora, seguindo as recomendações da NBR 9050:2015, bem como, os parâmetros do desenho universal. O pavimento será não deslizante, contrastando com as paredes e outros elementos arquitetônicos. Os demais detalhes e medidas serão encontrados nos decretos e leis recomendados. (ABNT, 2015).

Quanto à comunicação – sinalização – informação: informações relevantes como a saída de emergência devem ser apresentadas ao menos de forma visual e tátil. A sinalização deve ser claramente visível e compreensível seguindo a NBR 9050:2015, a cor dos caracteres tem que contrastar com o fundo. A sinalização tátil pode ser através de texturas rugosas, caracteres em Braille, em relevo e na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Quanto à iluminação: é necessário painéis informativos ou outro suporte que seja perceptível e compreensível por todos os usuários, sugere-se o uso de uma maquete visual impressa e tátil para orientar sobre a localização de todos os setores da biblioteca, principalmente no tocante à iluminação de emergência, se faz necessário consultar a NBR 10898 e NBR 9050:2015.

Acesso aos computadores/terminais: a localização deve ser de fácil acesso, o mobiliário e os elementos que constituem o computador devem ser ajustáveis de forma simples, direta, segura e com tolerância ao erro, seguindo as recomendações da NBR 9050:2015.

Sugere-se ainda que a cadeira seja regulável para se adaptar às características físicas dos usuários, devem seguir requisitos de ergonomia aplicada ao trabalho. As mesas devem permitir a aproximação completa, a altura ideal é aquela que os cotovelos se apoiam na mesa, comodamente, somado a um centímetro. A tela do computador, bem como, a torre e os periféricos devem ser flexíveis e independentes da sua localização, para possibilitar a substituição por outros componentes adicionais mais adaptados aos diferentes usuários ou aproximar/afastar a tela, etc. Os elementos mais prioritários em acessibilidade são os que permitem o acesso às funções de *mouse* e teclado. Deve-se evitar palpitações na frequência entre 2 e 50 Hz na tela do monitor, porque podem causar ataques de epilepsia (FÉRRÉS, 2006).

Quanto à disponibilidade de conteúdos na Web: No contexto atual em que vivemos, é necessário que as informações cheguem a todos de forma igualitária, que as barreiras informacionais sejam derrubadas de uma vez, de forma que todos possam ter acesso à informação, sejam essas barreiras físicas ou digitais. Contudo, o processo de quebra da barreira digital já começa a acontecer, de forma que a *web* se torna de fato, amplamente acessível e de acordo com Pupo, Melo e Ferrés (2006, p. 33), isso se deve há algumas motivações, como:

- Promover o direito básico de acesso à informação, tendo em vista uma sociedade mais justa e solidária, que busca a qualidade de vida para todos;
- Atender à legislação, como é o caso do Brasil que, no Decreto nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004, exige que os sistemas web da administração pública sejam acessíveis às pessoas com deficiência visual;
- Ampliar o número de consumidores, uma vez que existem no mundo cerca de 500 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência.

Para tanto, deve-se seguir os padrões da *W3C*¹ e da *WCAG 2.0*² para disponibilização de informações na *Web*, para que o conteúdo fique acessível. As

¹ O *W3C* é um organismo formado por centenas de indivíduos e pela maior parte das empresas líderes do mercado informático, como: Microsoft, Intel, IBM, Sun, Oracle, Apple entre outras. Tem por

informações disponíveis dos sites das bibliotecas, catálogos on-line, bibliotecas digitais, devem seguir essas recomendações, para que o conteúdo seja de fato acessível a todas as pessoas.

O formato padrão para a publicação de conteúdos na *web* é o *HyperText Markup Language* (HTML) e também, mais recente, o *EXtensible HyperText Markup Language* (XHTML). Esses formatos, com o uso adequado, podem ser acessados por diferentes agentes de usuários *web*, como os navegadores gráficos para *desktop*, navegadores em voz, os navegadores em texto e algumas tecnologias assistivas, como os ampliadores de telas, os leitores de telas, ampliadores de fontes e *softwares* de reconhecimento de voz, tendo cada um, sua própria configuração (FÉRRERES, 2006).

Existe uma maneira simples de identificar se um *site* apresenta problemas de acessibilidade é pelo uso de diferentes navegadores, em diferentes configurações de acesso. O seguinte procedimento pode ser utilizado para avaliar páginas com navegadores gráficos (ex. Internet Explorer, Mozilla Firefox, Ópera, Netscape):

- 1 - Desativar as imagens e verificar se textos alternativos apropriados estão disponíveis;
- 2 - Desativar o som e verificar se o conteúdo sonoro está disponível por meio de textos equivalentes;
- 3 - Usar o controle do navegador para variar o tamanho da fonte: verificar se o tamanho da fonte se modifica de forma apropriada e se a página ainda é utilizável mesmo com fontes de tamanhos grandes;
- 4 - Testar com diferentes resoluções de tela e/ou redimensionar a janela do navegador para tamanhos menores que o máximo disponível para verificar se a barra de rolagem horizontal é ou não requerida (recomenda-se fazer o teste com diferentes navegadores ou examinar o código da página *web* para verificar se são utilizados valores absolutos para tamanhos de fonte);
- 5 - Mudar a exibição da cor para escala de cinza, ou imprimir a página em escalas de cinza ou preto e branco e observar se o contraste utilizado é adequado;
- 6 - Usar a tecla TAB para passar pelos links e controles de formulários das páginas, certificando-se de que todos os links e controles de formulários podem ser acessados, bem como se os links indicam claramente para onde levam (FÉRRERES, 2006, p. 74).

objetivo normalizar as tecnologias envolvidas na Web, de forma a garantir o acesso a todas as pessoas, independentemente do equipamento utilizado, das limitações físicas de cada indivíduo ou da localização geográfica.

² São recomendações para a acessibilidade do conteúdo na Web, que explicam como tornar o conteúdo Web acessível a pessoas com deficiências.

Para facilitar essa avaliação existem algumas ferramentas de validação de acessibilidade, desenvolvidos para avaliar o nível de acessibilidade dos sites, são eles: DaSilva, ASES, Hera e o *Examinator*, todos são avaliadores em português.

Quanto aos recursos humanos: O comprometimento com acessibilidade e inclusão compete a toda equipe da biblioteca, ou seja, aos bibliotecários, auxiliares e técnicos de apoio. De acordo com Férres (2006) é necessário e importante que a Biblioteca invista:

Na conscientização de todos os colegas de trabalho sobre as questões humanas e legais;

Na desmistificação da questão da deficiência na prática diária: nem mito, nem preconceito, ou seja, não são heróis tampouco coitadinhos;

Em treinamento quanto ao uso das Tecnologias, inclusive do uso das TAS;

O envolvimento de pessoas com deficiência na supervisão dos treinamentos, sempre que possível;

A relevância de uma postura profissional que vá além das práticas técnicas, conforme enfatiza Martins (2002), é necessária uma formação e uma abordagem mais humanista.

Uma vez constatado o papel do bibliotecário como profissional da informação e facilitador dela, deve-se questionar até onde vai a sua responsabilidade, bem como, da unidade de informação administrada por ele juntamente aos que dela se utilizam para ter acesso à informação e se apropriar de informação e conhecimento.

Democratizar a leitura significa, sobre tudo, democratizar a biblioteca, democratizar a mentalidade dos profissionais da informação, rompendo com estereótipos e com paradigmas puramente tecnicistas que historicamente rotularam os bibliotecários de 'catalogadores e classificadores de livros', de 'técnicos', de 'meros intermediários entre o livro e o leitor', enfim, de 'guardiões de livros'. (MARTINS, 2002, p. 148).

Dessa forma, entende-se que, diante da atual conjuntura democrática de acesso à informação, verifica-se a necessidade da biblioteca disponibilizar meios extras de acesso a informação, em especial para a demanda de usuários que possuem necessidades educacionais especiais.

4 USUÁRIOS EM CADEIRAS DE RODAS

O usuário é o elemento fundamental para a unidade de informação (UI) e possuem múltiplos papéis, devendo ser elaboradas políticas inerentes a cada perfil. Eles são responsáveis por embasar existência, manutenção, atribuição de recursos e pela política da UI.

O usuário é um agente essencial na concepção, avaliação, enriquecimento, adaptação, estímulo e funcionamento de qualquer unidade de informação. Ele é um fator dinâmico, mas pode ser também um fator de resiliência se desconhece os mecanismos da informação e se retém informação (GUINCHAT; MENOU, 1992, p. 483).

Determinar um conceito específico e único sobre o que vem a ser deficiência é algo muito incompreensível, uma vez que cada indivíduo possui o seu entendimento particular sobre o termo e o que pode representar uma inabilidade para uma pessoa, não exatamente será para outra (SLOBOJA, 2014).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), deficiência pode ser considerada a incapacidade física ou mental de um indivíduo, e a limitação em realizar certas atividades também é incluída nessa perspectiva. Conceituar o termo Deficiência, portanto, é algo extremamente complexo, e essa complexidade leva a sociedade a tomar suas próprias conclusões levando em consideração a comparação humana entre uma pessoa com necessidades especiais com outra sem limitações.

Segundo o art. 3º do Decreto nº. 3298/99, a pessoa portadora de deficiência é aquela que apresenta em caráter permanente perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

O Decreto nº. 5.296, de 2004 define o que seria a deficiência física. Também conhecido como Lei da acessibilidade, o conceito definido é condizente com a realidade vivenciada pelos deficientes físicos do Brasil.

“Deficiência física é a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, o que acarreta no comprometimento da função física, que se apresenta como: paraplegia; paraparesia; monoplegia; monoparesia; tetraplegia; triplegia; hemiplegia;

hemiparesia; ostomia; amputação ou ausência de membro; paralisia cerebral; nanismo; membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções” (DECRETO n. 5.296, 2004, p.1).

Observa-se com isso que, deficientes físicos não são todos aqueles que são impossibilitados de qualquer locomoção, e em função disso, tem-se números elevados nas pesquisas, pois em muitos casos, encontram-se pessoas deficientes e nem sequer se nota tal deficiência, pode ser a falta de um dedo das mãos ou dos pés, mas na pesquisa tudo isso conta. Sendo assim, os números podem enganar se achar que todos os deficientes são automaticamente pessoas impossibilitadas de realizarem suas atividades no dia-a-dia.

A Constituição Federal (CF) de 1988 é o ponto de partida de destaque aos direitos às pessoas com deficiência, e ao compromisso da universidade com o direito à educação, à acessibilidade e à inclusão. Não se pode perder de vista que a universidade deve desempenhar um papel democratizador junto à sociedade e colocar-se contra a exclusão social e a privatização dos conhecimentos, como bem lembra Chauí (2003).

Torna-se imprescindível, não só a adequação do ambiente com vistas a promover a inclusão de usuários em cadeiras de rodas, mas que os profissionais que atuam como bibliotecários ou gestores de unidades informacionais, conscientizem-se a respeito da importância de promover a inclusão destes usuários, pois é algo que faz parte do Código de Ética da profissão prestar esse serviço de forma mais humanizada. Para isso, é importante conhecer o perfil em específico deste tipo de usuário e aplicar todas as recomendações já mencionadas anteriormente, como forma de amenizar as desigualdades, as dificuldades e quebra de paradigmas.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

No desenvolver de uma pesquisa, o relato dos caminhos percorridos para a concretização dos objetivos propostos constitui o percurso metodológico. A metodologia é “mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizadas, indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico.” (MINAYO, et al., 2004, p.42-43).

No desenvolvimento de uma pesquisa, a metodologia se caracteriza por ser o meio pelo qual o pesquisador norteia o caminho a ser percorrido. Nessa perspectiva, Marconi e Lakatos (2009, p.43) afirmam que a pesquisa é “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento reflexivo e se constitui no caminho para se conhecer a realidade” esse caminho refere-se à metodologia da pesquisa.

A partir disso, os procedimentos adotados na realização desta pesquisa serão apresentados nesta seção, na qual serão elencados: caracterização da pesquisa, o instrumento de coleta de dados, as fases e o ambiente da pesquisa.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Sob a ótica dos seus objetivos, a pesquisa caracteriza-se como sendo exploratória e descritiva.

De acordo com Gil (2010), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses:

[...] têm como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. [...] Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato (GIL, 2010, p. 27).

E descritiva, que conforme Gil (2010, p. 28) “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva por que utiliza a observação, o registro e a análise dos fatos a partir do uso de uma técnica de coleta de dados sem a interferência da nossa opinião.

Além disso, esta pesquisa também pode ser considerada bibliográfica, por caracterizar-se pela busca de informações em fontes bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema da pesquisa (livros, artigos de revistas e em anais de eventos, trabalhos de conclusão de curso, teses, dissertações etc.) e a respectiva leitura, análise e reflexão sobre o material selecionado, para que seja posteriormente utilizado (seja através de referencial teórico para embasamento da pesquisa, como citações e referências ao fim do trabalho).

A pesquisa será realizada a partir de uma abordagem qualitativa, embasando-se em um esquema indutivo, onde se recorre a uma análise individual, com a finalidade de generalizar os resultados desta pesquisa, utilizando-se do método de análise interpretativo, contextual e etnográfico. Na qual, optou-se por aplicar como instrumento de coleta de dados o questionário com questões abertas.

Conforme Gerhard et al (2009, p. 32), “os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito”.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Para Minayo (2004), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para melhor compreensão, ancora-se em Silva e Menezes (2001, p. 20) que afirmam:

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta dos dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Para tanto, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, pois se enquadra nas conceituações abordadas anteriormente nesta seção.

5.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, foram utilizadas para a coleta de dados: a técnica da observação/análise sistemática e a aplicação de um questionário com questões abertas.

Para Gil (2010, p.104) “a observação sistemática é frequentemente utilizada em pesquisas que têm como objetivo a descrição precisa dos fenômenos ou o teste de hipóteses”.

A técnica de observação/análise sistemática foi utilizada para analisar os serviços, recursos de TA, bem como a estrutura da BC/UFPB.

Outra forma de coleta de dados foi feita mediante a análise dos questionários, que foram aplicados especificamente a usuários em cadeiras de rodas, estudantes de diversos cursos da instituição pesquisada.

5.3 FASES DA PESQUISA

A princípio, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca dos seguintes temas: deficiência física, acessibilidade, inclusão, biblioteca e o usuário em cadeiras de rodas, com a finalidade investigar a temática e conhecer como ela vem sendo pesquisada e abordada. Esta busca foi construída através da consulta a livros disponíveis na própria Biblioteca Central da UFPB, bem como, livros, artigos, e todo tipo de produção acadêmica, como trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, disponíveis na internet por meio de bases de dados confiáveis, a exemplo da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), bem como, na Biblioteca de Teses e Dissertações da UFPB (BDTD), entre outras, além da busca por legislação e normas acerca da temática para construção do referencial teórico.

A coleta dos dados foi realizada em duas fases:

Na primeira fase, utilizou-se como instrumento a observação direta, o uso da câmera fotográfica e trena, com o intuito de verificar se as medidas do ambiente interno da biblioteca estavam em conformidade com os estabelecidos pela NBR 9050/2015. Durante esse processo, algumas dúvidas foram sendo esclarecidas pelos próprios funcionários da BC.

Na segunda fase, aplicou-se o questionário (que se encontra no apêndice B desta pesquisa) aos usuários em cadeiras de rodas que estudam na UFPB, momento que possibilitou o esclarecimento e confirmação da existência de possíveis elementos que não tenham sido identificados durante a observação. Os questionários foram enviados por e-mail e pelas redes sociais dos estudantes cadeirantes, através do contato fornecido pelo representante dos estudantes cadeirantes da instituição.

5.4 AMBIENTE DA PESQUISA: a Biblioteca Central da UFPB

Figura 1 – Biblioteca Central da UFPB



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

O campo de pesquisa escolhido foi a Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (BC/UFPB), tendo em vista que esta é a principal unidade informacional da instituição, possui amplo acervo que pode atender a todas as áreas acadêmicas e pela sua relevância como mantenedora do conhecimento, configurando-se como uma das maiores do nordeste. A seguir, um breve histórico da BC/UFPB.

A Biblioteca Central teve início em 1961 com o Regimento da UFPB, contudo, só a partir de 11 de agosto de 1967 iniciou sua criação efetiva. A primeira proposta de Estruturação da Biblioteca Central foi elaborada pelo Professor universitário e Bibliotecário Edson Nery da Fonseca, o projeto foi intitulado como "Teoria da Biblioteca Central". Mesmo com um projeto elaborado por um profissional renomado na área, "A construção foi iniciada, mas não foi concluída", assim a BC/UFPB chegou a ser instalada, de forma provisória, em 04 (quatro) locais, sendo eles o Instituto de Matemática, onde funcionou em uma pequena sala, posteriormente vindo a ir para a biblioteca da Escola de Engenharia, depois foi para o prédio da faculdade de educação e, por fim, funcionou no edifício anexo da reitoria, onde foi sua última sede até a inauguração do prédio definitivo, que conta com uma área construída de 8.500m², onde funciona até os dias atuais. (BIBLIOTECA, 2017)

O processo de estruturação e implantação da Biblioteca Central, a partir da junção de treze Bibliotecas Departamentais, iniciou-se em 1976. Com a contratação de bibliotecários, atualização do acervo, elaboração e aprovação do regulamento do Sistema de Bibliotecas, criação de novos serviços, automação dos serviços técnicos, entre outros, culminando com a construção do prédio definitivo da Biblioteca Central. (SILVA, 2004).

No ano de 1977, o Regulamento do Sistema de Bibliotecas da UFPB passou por uma mudança para reformulação e ampliação dos serviços prestados ao público, sendo aprovado pelo CONSEPE em 1980. O mesmo pode ser conhecido como Sistemoteca que tem como órgão central a Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba e pode ser considerado como:

Um conjunto de bibliotecas integradas sob os aspectos funcional e operacional. Tendo por objetivo a unidade e harmonia das atividades de coleta, tratamento, armazenamento, recuperação e disseminação da informação para o apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão (SINTONIO, DUTRA apud COSTA, 2016, p.5).

A Biblioteca Central é considerada como um dos órgãos suplementares da UFPB. É formada pela Diretoria, Vice-Diretoria, Secretaria Administrativa, Setor de Contabilidade e por três Divisões, que se subdividem em 11 Seções, a saber: Divisão de Desenvolvimento de Coleções (DDC), a Divisão de Processos Técnicos (DPT) e a Divisão de Serviços ao Usuário (DSU) (BRASIL, 2009).

Os recursos financeiros para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba, que compreende as bibliotecas setoriais e a Biblioteca Central, na forma da legislação vigente, poderão ser oriundos de dotação orçamentária ou rendas próprias. A Biblioteca Central será a única unidade da UFPB que disporá de dotações orçamentárias para aquisição de material documental e assinatura de periódicos, cabendo à mesma, a distribuição entre as Bibliotecas Setoriais, da dotação orçamentária recebida, em função do plano de necessidades de aquisição do material documental, apresentado por cada uma das bibliotecas (BRASIL, 2009).

O Sistema de Bibliotecas da UFPB possui a função de mecanismo alimentador dos planos e programas da Universidade Federal da Paraíba, de maneira a suprir em caráter permanente as atividades de ensino, pesquisa e extensão com as informações necessárias disponíveis, servindo à comunidade

paraibana nos seus objetivos relacionados à educação, cultura e pesquisa (BRASIL, 2009).

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme mencionado anteriormente, a coleta dos dados, que ocorreu entre os meses de maio e junho de 2017, foi realizada em duas fases. Na primeira fase, foi utilizado como instrumento a observação direta, o uso da câmera fotográfica e trena, com o intuito de verificar se as medidas do ambiente interno da biblioteca estavam em conformidade com os estabelecidos pela NBR 9050/2015. Durante esse processo, algumas dúvidas foram sendo esclarecidas pelos próprios funcionários da BC. Vale ressaltar que os funcionários foram muito solícitos em colaborar com a pesquisa, que foi realizada mediante autorização do termo para realização da pesquisa, constante no apêndice A deste trabalho.

Na segunda fase, foi aplicado o questionário (apêndice B) aos usuários em cadeiras de rodas que estudam na UFPB, momento que possibilitou o esclarecimento e confirmação da existência de possíveis elementos que não tenham sido identificados durante a observação. Os questionários foram enviados por e-mail e pelas redes sociais dos estudantes cadeirantes, através do contato fornecido pelo representante destes estudantes na instituição.

6.1 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA/FÍSICA

A primeira parte analisada diz respeito à acessibilidade arquitetônica, também denominada acessibilidade física. Nesse aspecto, foram verificados os seguintes pontos: acesso à entrada da biblioteca, espaço entre as portas, rampas, sanitários, elevadores/plataformas para cadeirantes, sinalização, pisos, rotas, conforme será apresentado a seguir.

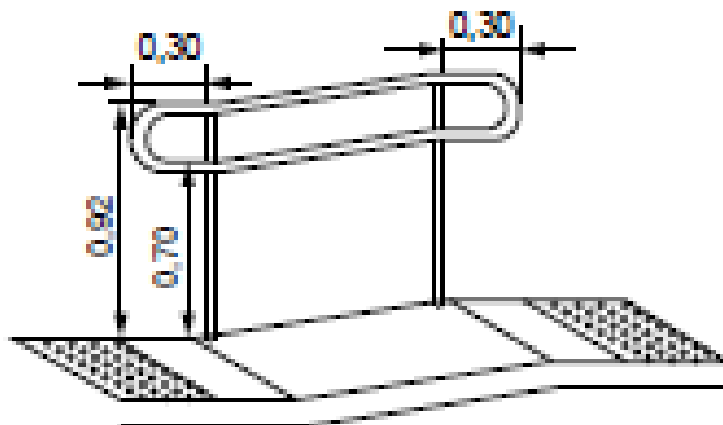
Ao chegar à Biblioteca Central, depara-se com uma **rampa de acesso**, Figura 2, que possui piso tátil até a entrada da biblioteca, porém, a rampa não está de acordo com a NBR 9050:2015, na qual é obrigatória a instalação de corrimãos nos dois lados da rampa, conforme figura 3.

Figura 2 – Rampa de acesso na entrada



Fonte: Santos, 2017.

Figura 3 – Corrimão recomendado em rampa



Fonte: ABNT NBR 9050, 2015.

Apesar disso, acredita-se que a falta do corrimão não seja um dos maiores problemas de acessibilidade arquitetônica na BC, pois ao menos a rampa existe e facilita a entrada de usuários em cadeiras de rodas.

Ao entrar na biblioteca, identifica-se que foram retiradas as catracas que dificultavam o acesso dos cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, conforme comparativo com a pesquisa de Pereira (2013), destacadas na figura 4. Atualmente, com uma nova gestão, a biblioteca possui um sistema de segurança mais moderno, que está quase em total conformidade com a norma NBR 9050:2015, pois possui uma largura de 100 cm, dentre do exigido para permitir a circulação de usuários em cadeiras de rodas, bem como, carrinhos de bebê. Entretanto, conforme figura 5, é possível observar que ainda em algumas partes, possui fiação exposta, o

que se configura em uma barreira e apresenta perigo tanto para cadeirantes, como qualquer usuário.

Figura 4 – Entrada da Biblioteca Central



Fonte: Pereira, 2013.

Figura 5 – Entrada atual da Biblioteca Central



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Ainda deixa a desejar com relação à inexistência de **piso e mapa de orientação tátil e visual** nas áreas internas da BC, pois tendo em vista suas dimensões, isso se apresenta como um fator negativo e muito preocupante, pois o usuário pode se sentir desorientado quanto à sua localização e/ou localização de um setor que ele necessite fazer uso, bem como, não há sinalização alguma da localização dos elevadores.

A BC conta com dois elevadores que podem ser considerados com o mínimo de acessibilidade, no entanto, um está parado por falta de manutenção (Fig. 6), e o outro, que se localiza dentro da Seção de Coleções Especiais (SCE), apresenta

instabilidade e um enorme espaço (buraco) entre a rampa e o piso da plataforma, como é possível observar na figura 7. Além disso, a rampa de acesso a este elevador não possui nenhum corrimão ou barra de apoio, como se pode ver na figura 8, algo que causa insegurança aos usuários e que prejudica no acesso. Ainda sim, o elevador não segue o padrão de forma completa das normas da ABNT NBR 13994:2000 (figura 9) e NBR NM 313:2007, uma vez que apresenta apenas uma barra de apoio lateral em seu interior.

O vice-diretor da biblioteca explicou que nos anos anteriores, os elevadores não funcionavam por falta de contrato com uma empresa terceirizada que os consertassem, algo que só foi possível, segundo o gestor, depois do ano de 2010. No entanto, no ano de 2015, foi instaurado um processo que interditou os elevadores por considerá-los inseguros. Um fator preocupante, pois a biblioteca não conta com rampa de acesso aos andares superiores onde se localiza maior parte do acervo que serve para empréstimo. Fato que vem impedindo muitos cadeirantes de frequentar o ambiente como veremos nas respostas dadas ao questionário.

Figura 6 – Elevador inutilizado



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Figura 7 – Elevador do SCE



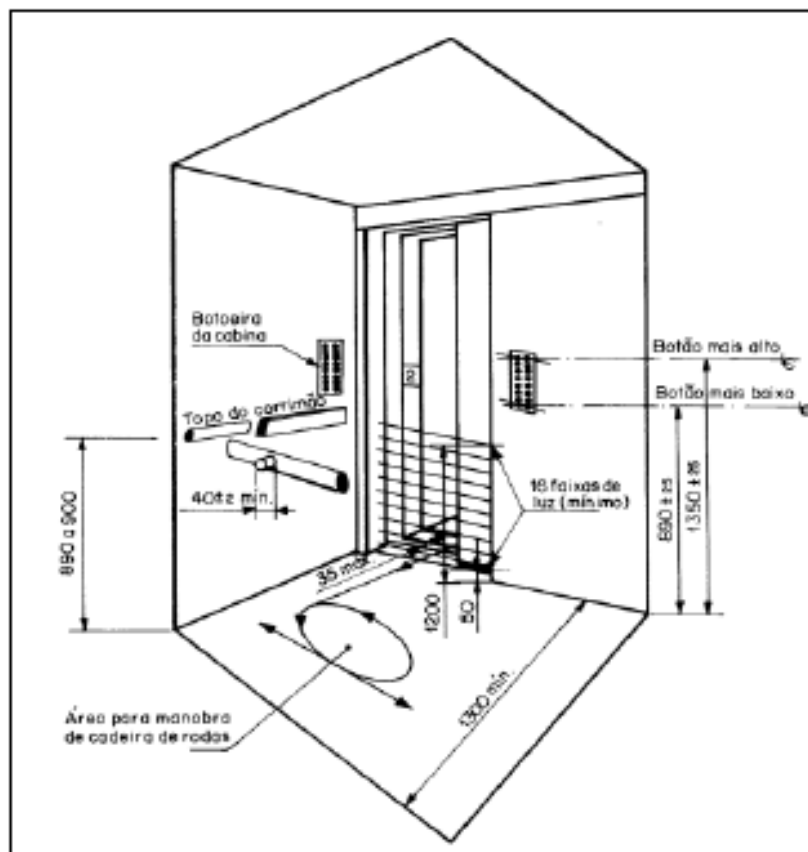
Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Figura 8 – Rampa de acesso ao elevador



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Figura 9 – Recomendações da NBR 13994:2000 para acessibilidade em elevadores



Fonte: ABNT NBR 13994, 2000.

Faz-se necessário salientar que se deterá apenas aos principais pontos de acessibilidade para usuários em cadeiras de rodas, não desmerecendo o valor dos outros pontos não abordados, mas se resolveu adotar às faltas mais gritantes que vem sendo questionadas pelos que utilizam no cotidiano esta unidade informacional. Para não ficar muito extenso e até por questão de tempo, não será possível esgotar todos os detalhes normatizados pelas NBRs acerca de acessibilidade, portanto, deteve-se aos pontos principais e básicos.

Para se concluir os pontos da acessibilidade arquitetônica, com enfoque aos usuários em cadeiras de rodas, não se pode deixar de falar dos sanitários. De acordo com NBR 9050:2015, “recomenda-se que a distância máxima a ser percorrida de qualquer ponto da edificação até o sanitário ou banheiro acessível seja de até 50 m”. (ABNT, 2015). Algo que não é utilizado na BC, uma vez que os sanitários existentes localizam-se nas extremidades da biblioteca, nas laterais, próximos a escadas, o que eu faz com o que o cadeirante tenha que se deslocar em uma grande distância.

Ainda sim, o que mais chama atenção não é isso, mas o fato de que o único sanitário que há no térreo ser fechado para uso exclusivo dos funcionários, o que obriga ao cadeirante e a qualquer usuário que tenha necessidades biológicas, urgentes ou não, a ter que subir ao primeiro andar para utilização do outro sanitário. Em conversa com uma funcionária da biblioteca, ela afirmou que apesar do “banheiro do térreo” ser exclusivo dos funcionários, se o cadeirante quiser utilizar é só pedir a chave que eles “emprestam”.

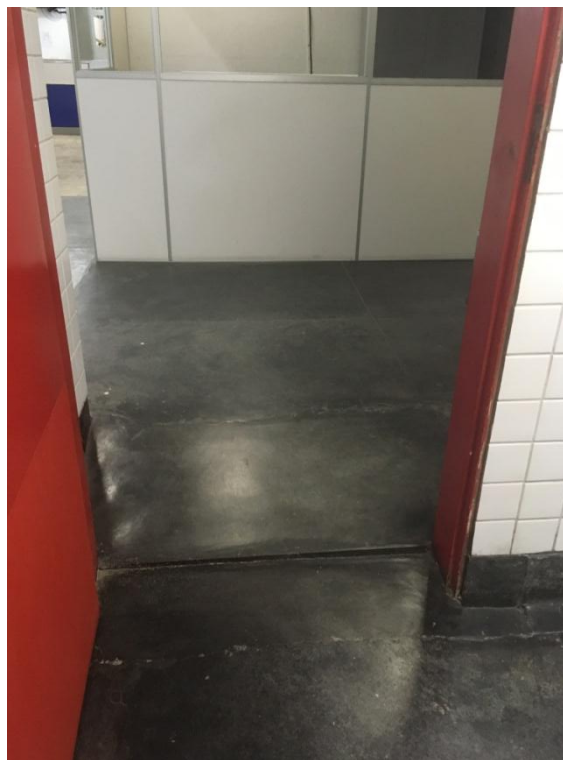
Imagens deste sanitário foram coletadas e foram realizadas medições para averiguar se ele está em conformidade com as normas. Pode-se observar, respectivamente, nas figuras 10 e 11, que a porta de entrada localiza-se próximo a um bebedouro, não possui sinalização alguma e apresenta um desnível no piso, que quando encerado, visivelmente pode tornar-se escorregadio.

Figura 10 – Porta de entrada dos sanitários do térreo



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Figura 11 – Entrada dos sanitários do térreo com desnível no piso



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Outrossim, estes sanitários são de uso coletivo, o que já foge à norma, uma vez que, segundo a norma NBR 9050:2015, “os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem possuir entrada independente, de modo a possibilitar que a pessoa com deficiência possa utilizar a instalação sanitária acompanhada de uma pessoa do sexo oposto” (ABNT, 2015).

Nas seguintes figuras (12 e 13), apresenta-se o interior deste sanitário no térreo, onde observa-se que há um sanitário em que a porta não abre para o exterior, como está previsto no modelo proposto pela NBR 9050:2015, de acordo com a figura 14, o que dificulta a livre circulação do cadeirante e não permite um giro de 360° na cadeira de rodas. Em relação às dimensões, a bacia com tampa, está a uma altura de 41 cm do piso, 2 cm a menos do que o mínimo exigido na norma. A área total do boxe, apenas com a bacia sanitária com descarga suspensa, duas barras de apoio, uma traseira e uma lateral e uma lixeira, mede 172 cm x 157 cm, espaço que seria suficiente para inserção de um lavatório no interior do boxe, conforme exigência da norma, mas que não foi bem aproveitado. Constata-se que o que existe é uma adaptação, mas que precisa ser atualizada para atender aos padrões e oferecer acessibilidade, de fato.

térreo, mas com o diferencial de a porta abrir para o exterior e possuir os adesivos de identificação do WC feminino e masculino, acompanhados do Símbolo Internacional de Acesso (SIA), que conforme a NBR 9050:

O símbolo internacional de acesso deve indicar a acessibilidade aos serviços e identificar espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos, onde existem elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. (ABNT, 2015, p. 39).

Figura 16 – Sanitário feminino 1º andar



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Figura 17 – Sanitário masculino 1º andar



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Na próxima subseção, será analisada a acessibilidade quanto ao mobiliário e aos equipamentos.

6.2 ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS

Com relação ao mobiliário e equipamentos, deu-se destaque à altura dos balcões de atendimento, onde, dos 4 (quatro) balcões de atendimento, apenas o balcão de empréstimo (figura 18) e da SCE (figura 19) estão em conformidade com a altura recomendada pela NBR 9050:2015 (figura 22), enquanto o balcão do serviço de referência (figura 20) e da seção de periódicos (figura 21) não oferecem a altura e espaço frontal recomendados, assim um cadeirante ou usuário de baixa estatura

necessita ficar afastado ou contorná-lo para poder ter contato visual com o atendente. Observa-se, ainda, que apenas o balcão na SCE possui recuo interior que permita aproximação frontal de cadeira de rodas, contudo, este recuo apenas existe pelo fato desta parte do balcão ser composta por uma mesa, conforme figura a baixo.

Figura 18 – Balcão de empréstimo



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Figura 19 – Balcão da SCE



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Figura 20 – Balcão do Serviço de Referência



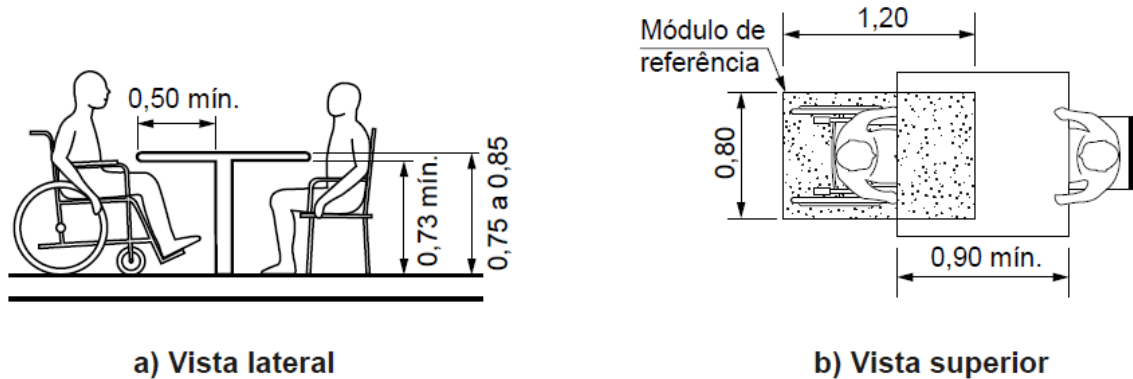
Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Figura 21 – Balcão da Seção de Periódicos



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Figura 22 – Medidas recomendadas para balcão de atendimento acessível



Fonte: ABNT NBR 9050, 2015.

Outro ponto que merece destaque é distância entre as estantes (figuras 23 e 24), que é de 90 cm, na maioria dos corredores, adequando-se ao padrão recomendado (figura 25) que permita o acesso de usuários em cadeiras de rodas. Todavia, nem todas as estantes possuem essa distância uma da outra, como foi constatado na coleção de periódicos, por exemplo, que há espaços inferiores a 90 cm, o que torna inviável o acesso aos cadeirantes, visto que o módulo de referência, ou seja, a projeção no piso que ocupa uma pessoa utilizando cadeira de rodas motorizadas ou não, possui dimensões de 0,80 m por 1,20 m.

Figura 23 – Distância entre estantes na BC

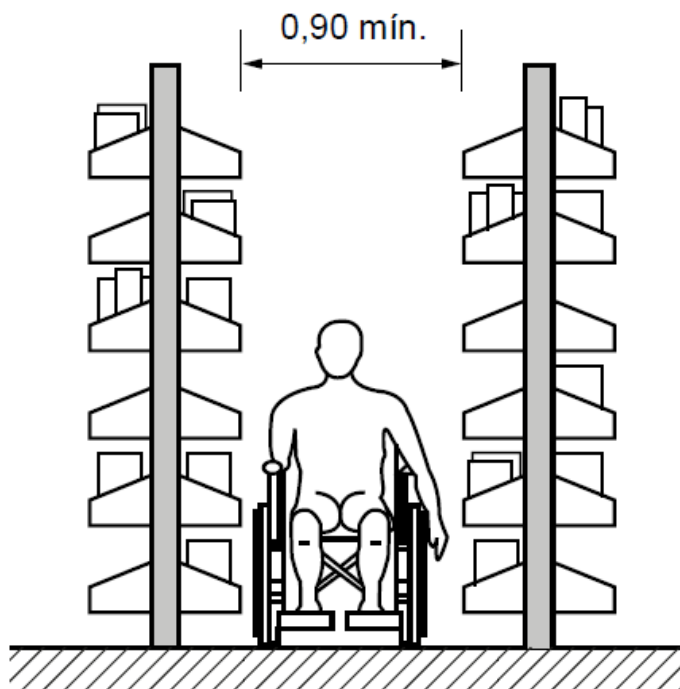


Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Figura 24 – Estantes da coleção de periódicos



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Figura 25 – Distância mínima entre estantes recomendada

Fonte: ABNT NBR 9050, 2015

De acordo com a questão do **tamanho/altura das estantes**, sabe-se que estas seguem padrões comerciais, contudo, em nenhum dos corredores do acervo observado há existência de degraus de apoio ou qualquer outro tipo de auxílio que pessoas de baixa estatura possam utilizar para ter acesso às prateleiras mais altas. Dessa forma, os usuários de baixa estatura e cadeirantes dependem do auxílio de um bibliotecário/auxiliar para poder alcançar os livros que ficam nas prateleiras de cima, o que pode acontecer de nem sempre existir uma pessoa próxima para auxiliá-lo nessa tarefa, o que prejudica a autonomia do usuário. Outro aspecto que será abordado adiante, em análise de resposta dada ao questionário por cadeirante, diz respeito à questão das estantes deslizantes, as quais são muito estreitas e não permitem de forma alguma a entrada de usuários em cadeiras de rodas.

Ainda com relação à acessibilidade do mobiliário, destaca-se como ponto positivo que a biblioteca dispõe de espaços amplos com mesas de estudo ou leitura e que permitem rotas acessíveis com faixas de livre circulação de cadeirantes (figura 26). Possui mesas arredondadas, no térreo, que estão compatíveis com as normas, mas no primeiro andar, as mesas são retangulares com tampos de vidro, com altura de 80 cm e profundidade livre de 50 cm, que são compatíveis também com a norma, entretanto, apresentam fatores de riscos que são os ângulos pontiagudos (figura 27),

os quais podem causar acidentes em pessoas em cadeiras de rodas, baixa estatura, crianças, bem como, representa um verdadeiro risco para qualquer usuário ou funcionário.

Figura 26 – Ambiente de estudo/leitura



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Figura 27 – Mesa pontiaguda



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Para finalizarmos a avaliação da acessibilidade dos mobiliários, é importante destacar o **acesso aos computadores/terminais de consultas**, onde os computadores e seus periféricos são de fácil alcance e o mobiliário (figura 28) é acessível para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, tendo exatamente 73 cm de altura, como recomenda a NBR 9050:2015 (figura 29). Contudo um ponto preocupante são os ângulos pontiagudos novamente que representam certo risco.

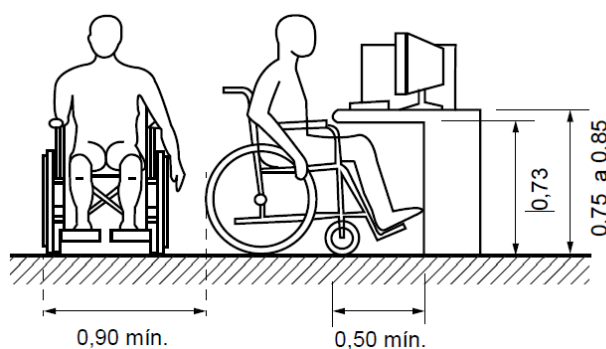
Foi verificado também que nenhum desses computadores possuem recursos de TAs (DOSVOX, JAWS, mouses e teclados alternativos...) que facilitem o uso e acesso para os usuários com necessidades educacionais.

Figura 28 – Terminal de consulta da BC



Fonte: Santos, 2017.

Figura 29 – Terminal de consulta recomendado pela norma



Fonte: ABNT NBR 9050, 2015.

6.3 ANÁLISES DAS REPOSTAS DO QUESTIONÁRIO

Será analisada cada questão e, de acordo com os resultados obtidos, serão tecidos alguns comentários. Nas repostas abertas, o usuário em cadeira de rodas será identificado pela sigla UCR seguida de numeração em ordem crescente, representando cada estudante que respondeu ao questionário, que ao todo, obtemos dados de uma amostra de 5 usuários em cadeiras de rodas.

A primeira pergunta foi relacionada à frequência dos usuários à Biblioteca Central. Formulada em questão semiaberta, onde se obteve as seguintes repostas de acordo com o quadro 3, elaborado para melhor organização:

Quadro 3 - Frequência dos usuários em cadeiras de rodas na BC/UFPB

Pergunta	Respostas
1) Qual sua frequência na Biblioteca Central da UFPB?	UCR 1 – <i>“Pra falar verdade quase nem uma por causa das distâncias então uma vez por mês ou menos. Prefiro a setorial”.</i>
	UCR 2 – <i>“uma vez ou outra, como nao tem muita acessibilidade não vejo como frequentar mas esse ambiente”.</i>
	UCR 3 – <i>“Não tenho frequência definida, só vou quando preciso de algum livro”.</i>
	UCR 4 – <i>“Não estou frequentando por motivos de falta de acessibilidade”.</i>
	UCR 5 - (x) Mais de uma vez por mês

Fonte: Resultados da pesquisa, 2017.

A partir das respostas à questão anterior, foi possível perceber certa insatisfação dos usuários em frequentar a biblioteca, onde dois citaram a questão da acessibilidade como impedimento às idas à BC.

A segunda pergunta, foi a respeito do curso e período que cada usuário estudava, o UCR 1 respondeu que faz o curso de Biblioteconomia e está no 4º período, o UCR 2 estuda Fonoaudiologia e está no 6º período, o UCR 3 cursa Engenharia Ambiental e está no 2º período, o UCR 4 está no 6º período de Ciências Biológicas e o UCR 5 cursa o 2º período de Física.

Mediante estas respostas, percebe-se que foram abordados estudantes dos mais variados cursos e centros, a saber, Centro de Ciências Sociais Aplicadas

(CCSA), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Tecnologia (CT) e Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), os dois últimos. O que demonstra que Pessoas em Cadeiras de Rodas (PCR) estão inseridas nas mais diversas áreas do conhecimento.

A terceira pergunta foi com relação à motivação dos cadeirantes em frequentarem a Biblioteca Central. As respostas estão a seguir no quadro 4.

Quadro 4 - Motivação em frequentar à BC/UFPB

Pergunta	Respostas
3) Você se sente motivado a frequentar à Biblioteca Central da UFPB? Justifique sua resposta.	UCR 1 – “Não, por causa da distância, falta de espaço para tráfego entre estantes e prateleiras altas. Além de só agora ter posto elevador para funcionar. Mas veio essa gestão tá melhorando ela , mas ainda prefiro setorial mesmo tendo um acervo menor. É servido melhor”.
	UCR 2 – “Não, primeiro porque o elevador da biblioteca central está interditado, a maioria dos livros do meu curso estão no segundo andar. A biblioteca não tem banheiro acessível, quando precisa vc tem que pegar uma chave e usar um que eles destinaram aos funcionários. Isso não é acessibilidade. Outra situação é o corredor das estantes de livros. O espaço é reduzido e dificulta pra o cadeirante”.
	UCR 3 – “Minha motivação vem da necessidade que tenho de as vezes procurar por livros na biblioteca”.
	UCR 4 – “Nao me sinto motivada justamente por nao ser acessível, os elevadores não funciona e da risco de vida”.
	UCR 5 – “Por falta de acessibilidade, principalmente de plataforma, não sinto-me encorajado a ir à Biblioteca”.

Fonte: Resultados da pesquisa, 2017.

Na terceira questão, é possível notar a insatisfação de quase todos os usuários que responderam ao questionário, onde muitos apontam barreiras que encontram para poderem acessar ao ambiente, seja a questão dos elevadores, a distância entre as prateleiras, ou até a falta de um banheiro acessível no térreo que seja aberto para uso dos cadeirantes e que não precise pedir ao funcionário a chave

para utilização, algo que prejudica a autonomia dos cadeirantes e causa até certo constrangimento. Apenas um UCR afirma que a motivação que possui é proveniente apenas da necessidade de “às vezes” procurar por livros na Biblioteca.

No quadro 5, foram inseridas as respostas à quarta questão, que foi especificamente sobre acessibilidade, mas não se restringiu à apenas um tipo de acessibilidade, foi deixado em aberto para a opinião de cada um a respeito de todos os tipos. Contudo, observou-se que a acessibilidade física e de mobiliários foram as únicas citadas. Neste quesito, apenas se ratificam as respostas à questão anterior, reafirmando os vários motivos que se tornam barreiras, impedindo os usuários cadeirantes de poderem usufruir melhor a unidade informacional e o que ela pode oferecer. Não atendendo, assim, de maneira completa as necessidades dos UCRs.

Quadro 5 - Acessibilidade na BC/UFPB

Pergunta	Respostas
4) Na sua opinião, a acessibilidade da Biblioteca Central da UFPB atende às necessidades dos usuários em cadeiras de rodas? Justifique sua resposta.	UCR 1 – “Não , por causa das distâncias das coisas que apontei na questões anteriormente para mim poderia melhora os acesso às prateleiras altas e as portas maiores”.
	UCR 2 – “Não de maneira completa, pelos fatores que ja mencionei na resposta da pergunta anterior. Mas o que há hoje na biblioteca é uma gambiarra de acessibilidade. Aquele jeitinho brasileiro. É sempre um funcionário que vai pegar o livro. É liberar a chave do banheiro p que eu possa utilizar e assim vai. O acesso e autonomia de fato são negados”.
	UCR 3 – “Parcialmente. No térreo a acessibilidade atende as necessidades, mas lembro que no começo do curso, minha turma foi fazer uma visita na biblioteca central na disciplina de Metodologia do trabalho científico, e quando fomos subir ao 1º andar, eu não pude ir, porque o elevador não estava funcionando”.
	UCR 4 – “Não atende as necessidades dos usuários em cadeira de rodas”.
	UCR 5 – “Não, pois a falta de plataforma restringe-nos só na parte térreo”.

Fonte: Resultados da pesquisa, 2017.

A quinta questão é acerca das barreiras enfrentadas pelos usuários em cadeiras de rodas na BC/UFPB, abordada no quadro 6. Foram identificadas como principais barreiras de acesso à biblioteca a falta de elevadores que funcionem adequadamente, a distância entre as estantes e a altura das prateleiras e a trajetória dos outros centros até a biblioteca.

Quadro 6 – Principal barreira enfrentada pelos UCR

Pergunta	Respostas
5) Na sua opinião, qual é a principal barreira enfrentada para ter acesso a Biblioteca Central da UFPB?	UCR 1 – <i>“Pra mim principal é o trajeto que horrível e as prateleiras altas”.</i>
	UCR 2 – <i>“Elevadores interditados, pois é o único meio de ter acesso aos andares superiores e estantes que não deixam o cadeirante circular”.</i>
	UCR 3 – <i>“A principal é que todas as minhas aulas são no centro de tecnologia ou na central de aulas e os caminhos que levam esses lugares até a biblioteca são horríveis, praticamente não existe acessibilidade”.</i>
	UCR 4 – <i>“Os usuários em cadeira de rodas não podem subir para o primeiro andar por falta de elevadores”.</i>
	UCR 5 – <i>“Falta de plataforma”.</i>

Fonte: Resultados da pesquisa, 2017.

A última questão diz respeito às melhorias de acessibilidade propostas pelos UCR à Biblioteca Central da UFPB, que seguem no quadro 7, as quais serão abordadas na seção sete deste trabalho, nas considerações finais, ficando a título de sugestão aos gestores da unidade informacional estudada.

Quadro 7 – Sugestões de melhorias feitas pelos cadeirantes à BC/UFPB

Pergunta	Respostas
6) Você tem alguma sugestão de melhoria de acessibilidade para deficientes físicos na Biblioteca Central da UFPB? Justifique sua resposta.	UCR 1 – <i>“Sim, melhorando o percurso, ter prateleiras mais baixas com assuntos pertinentes tipo poderia fazer levantamento dos cursos têm cadeira cadeirantes colocar os principais livros em estantes mais acessíveis ou simplesmente por estantes mais baixas e abra as avenidas portas mais largas mais elevadores. Uma coisa que eu</i>

	<i>não gostei muito foi aquela estante nova que foi bem que uma profissional cadeirante não entrar. Fora às avenida estreitas das outras”.</i>
	UCR 2 – <i>“Da funcionalidade aos elevadores. Revisar os banheiros pra ver se de fato atende a pessoa com deficiência física. E reabrir o banheiro no térreo pra que não seja só pros funcionarios. E observar a disposição das estantes”.</i>
	UCR 3 – <i>“A única sugestão que lembro, são o funcionamento dos elevadores. Como faz tempo que não preciso deles, não sei se ainda estão quebrados”.</i>
	UCR 4 – <i>“A manutenção e instalação de plataformas seguras, ja seria o suficiente”.</i>
	UCR 5 – <i>“Sim, falta urgentemente de manutenção na plataforma”.</i>

Fonte: Resultados da pesquisa, 2017.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando toda a pesquisa realizada, as leituras, revisão de literatura, coleta, análise e interpretação dos dados, foi possível atender aos objetivos propostos inicialmente e responder ao problema de pesquisa. Tendo isso em vista, torna-se possível realizar algumas considerações a respeito da temática abordada.

Ao se realizar o levantamento bibliográfico, foi possível perceber que paulatinamente a sociedade vem “caminhando” para se tornar cada vez mais inclusiva, visando promover uma sociedade igualitária e sem barreiras. Fato que é perceptível ao se analisar o cenário nacional, através da criação de leis, normas, decretos e projetos de leis. Além disso, pode-se perceber que a temática “acessibilidade” tem ganhado destaque também no meio acadêmico, por meio dos mais variados tipos de pesquisa, dos artigos científicos e livros aos trabalhos de conclusão de curso, como monografias, dissertações e teses. O assunto acessibilidade para pessoas com deficiência (PCD) tornou-se preocupação de todos, independente se a pessoa, que estuda ou pesquisa acerca desse tema, tenha ou não alguma deficiência.

Na Biblioteconomia e Ciência da Informação não foi diferente, onde, na teoria, podem-se ver conceitos apresentados que destacam que a profissão de bibliotecário tem se mostrado cada vez mais humanizada e menos tecnicista, não se voltando apenas para o processamento técnico, mas com outro foco que é no usuário e suas necessidades. As bibliotecas sofreram e vêm sofrendo uma grande evolução desde os tempos de Alexandria, deixando de serem apenas guardiãs do conhecimento, para serem disseminadoras, e assumindo perante a sociedade um papel social, com a preocupação maior em permitir o acesso a informação, independente do suporte que ele esteja, seja na biblioteca convencional ou digital. Tem-se estudado as mais variadas formas para atender os desejos e demandas dos usuários, com visas a promover o acesso sem barreiras e, conseqüentemente, uma eficiente recuperação da informação.

Nesse sentido, objetivou-se, nesta pesquisa, à luz da norma ABNT NBR 9050:2015, avaliar as condições de acessibilidade física e de mobiliários e equipamentos que a Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (BC/UFPB) propõe a usuários em cadeiras de rodas (UCR), os quais requerem uma estrutura voltada para atender às suas necessidades especiais, para realização de tarefas, que mesmo podendo ser consideradas simples para pessoas que não tenham deficiência alguma, demandam de grande esforço dos cadeirantes, como atividades de pesquisa e estudo numa biblioteca.

A partir da coleta, análise e interpretação dos dados, realizadas em duas fases, através de observação direta e aplicação de questionário aos cadeirantes, é possível responder à nossa questão proposta inicialmente: **“A Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba possui condições de acessibilidade para usuários em cadeiras de rodas?”**. E a resposta é positiva, a BC/UFPB possui, sim, condições de acessibilidade a usuários cadeirantes, no entanto, não de forma completa que atenda a todos os requisitos recomendados de acordo com as normas estabelecidas pela ABNT (2015). Talvez por ser uma Biblioteca antiga, com mais de 60 anos de criação, onde eram poucos os usuários cadeirantes no tempo de sua criação que não havia a questão das cotas para inclusão dos deficientes. E como minoria, eram muitas vezes esquecidos.

No tocante à acessibilidade física e de mobiliários e equipamentos voltada para usuários em cadeiras de rodas, deixa-se algumas sugestões de melhorias propostas tanto pelos usuários cadeirantes que responderam ao questionário, como

pela pesquisadora, ao avaliar as condições reais dispostas atualmente na unidade informacional estudada, a saber:

- a) instalar corrimãos nas rampas de acesso à biblioteca e ao elevador existente;
- b) colocar protetores ou arredondar as pontas das mesas que possuem ângulos pontiagudos;
- c) adequar a altura dos balcões de atendimento;
- d) instalar e/ou dar funcionalidade aos elevadores e/ou plataforma seguindo as recomendações da NBR vigente;
- e) revisar os sanitários e adequá-los de acordo com as recomendações, disponibilizando-os em todos os andares da biblioteca;
- f) ajustar o espaço de todas as estantes, conforme distância recomendada pela norma vigente.

Através da análise dos dados coletados, temos que reconhecer que existem também pontos positivos com relação à acessibilidade estrutural da BC como, por exemplo:

- a) espaço amplo na área de estudo, que permite uma livre faixa de circulação;
- b) mesas de estudo espalhadas por toda área da BC;
- c) espaço amplo entre a maioria das estantes.

Entende-se que se faz necessária a compreensão dos gestores da importância de tornar toda a biblioteca acessível a todos, sem barreiras de acesso e uso, pois sabemos que esta unidade informacional é uma das principais fontes de informação dentro desta instituição de ensino. Ressalta-se também que, para a realização das modificações com vistas à melhoria, é imprescindível que os gestores responsáveis argumentem/justifiquem junto à instituição mantenedora, nesse caso a UFPB, da importância e necessidade de viabilizar recursos financeiros para a melhoria desses aspectos.

Sendo assim, para que a Biblioteca Central possa melhorar e ampliar seus serviços sugere-se ainda:

- a) criação de uma comissão de avaliação com membros internos da biblioteca, a fim de avaliar os serviços e condições de acessibilidade com o intuito de solucionar questões referentes a esses aspectos;
- b) atuar junto ao Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da UFPB para poder atender melhor aos usuários com necessidades especiais, a fim de conhecer

as estatísticas e quem são esses estudantes, ou até professores e funcionários;

- c) conhecer a visão dos usuários com necessidades especiais sobre a biblioteca central, saber o motivo da evasão, assim como, procurar conhecer as necessidades informacionais desses usuários.

Com isso, almeja-se que este estudo possa servir de base para reflexões acerca da importância da acessibilidade em bibliotecas universitárias, bem como, da própria postura profissional dos bibliotecários quando em cargos de gestão de unidades informacionais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

_____. **NBR 13994**: elevadores de passageiros – elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/pessoa-deficiencia/ABNT-NBR-13994>>. Acesso em: 31 maio 2017.

_____. **NBR NM 313**: elevadores de passageiros – requisitos de segurança para construção e instalação – requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_enerico_imagens-filefield-description%5D_23.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2017.

BIBLIOTECA CENTRAL. **Histórico**. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufpb.br/biblioteca/contents/menu/copy_of_institucional>. Acesso em: 10 maio 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. Lei n. 7.405, de 12 de novembro de 1985. Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional e Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 nov. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7405.htm>. Acesso em: 25 maio. 2017.

_____. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm>. Acesso em: 18 maio 2017

_____. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação

do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. Decreto n. 5.296, de 2 de Dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 21 mar. 2017.

_____. Decreto n. 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 18 maio 2017.

_____. Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011 – Edição extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. Decreto n. 186, de 09 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 ago. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto186.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. Decreto n. 3.956, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 de out. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 4**, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, modalidade Educação Especial. [Brasília, DF, 2009.] Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 30 maio 2017.

_____. Ministério da Educação. **Portaria MEC n. 976**, de 05 de maio de 2006. Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação, conforme decreto 5296 de 2004. [Brasília, DF, 2006.] Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port976.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Ministério da Educação. **Portaria n. 3.284**, de 07 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Ministério da Educação. **Portaria n. 1.679**, de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. [Brasília, DF, 1999.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf>. Acesso em: 18 maio 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2007/2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2017.

_____. Ministério da Educação. **Educação infantil** : saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem : deficiência múltipla. 4. ed. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deficienciaplura.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

RIO DE JANEIRO (Estado). Projeto de lei nº 2639 de 18 de abril de 2017. Altera o nome do Conselho Estadual para Política de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CEPDE, criado pela lei nº 2.525, de 22 de janeiro de 1996, para Conselho Estadual de Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidades das Pessoas com Deficiência - CEPRODI-PD/RJ e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 18 abr. 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/143737929/doerj-poder-legislativo-19-04-2017-pg-3?ref=next_button>. Acesso em: 02 maio 2017.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. In: **Conferência de abertura da 26ª reunião anual da ANPED**, Poços de Caldas, 5 de outubro de 2003.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Código de ética do profissional bibliotecário. Resolução nº 327/86. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 nov. 1986. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/bibliote/crb/etica.html>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

COSTA, Maricélia Matias. **Acessibilidade para deficientes visuais na seção Braille da Biblioteca Central da UFPB**. 2016. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, 2016.

COUTINHO, J. F. P; SILVA, A. L. de A.. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp., p. 3-17, 2012.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS. Declaração dos Direitos da Pessoa Usuária dos Serviços Prestados por Profissionais da Informação, pela Federação Internacional das Associações de Bibliotecários (IFLA), em 29 de março de 1999. Disponível em: <<http://www.ifla.org/>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

FERREIRA, Lusimar Silva. **Bibliotecas universitárias brasileiras**: análise de estruturas centralizadas e descentralizadas. São Paulo: Pioneira, 1980.

FERRÉS, Sofia Pérez. Acessibilidade física. IN: PUPO, Deise Tallarico. MELO, Amanda Meincke. FÉRRES, Sofia Pérez. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006, cap. 8.

GERHARDT, Tatiana Engel. et al. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2017.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS. MARCONI. **Metodologia do trabalho científico**. Ed. 07, São Paulo, Atlas, 2009.

MARTINS, Leoneide Maria Brito. O profissional da informação e o processo de mediação da leitura. In: CASTRO, César Augusto (Org.). **Ciência da informação e biblioteconomia: múltiplos discursos**. São Luís: EDFAMA; EDUFMA. 2002.

MARTINS, Zenaide. **Acessibilidade para cadeirantes na Biblioteca Setorial do CCEN**. 2012. 53f. Monografia (Especialização em Gestão Educacional) – Divisão de Educação e capacitação profissional, UFPB, João Pessoa, 2012.

MELO, Amanda Meincke; COSTA, Jean Braz da; SOARES, Sílvia C. de Matos. Tecnologias assistivas. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FÉRRERES, Sofia Pérez. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: UNICAMP, 2006

MILANESI, Luis. **O que é Biblioteca?**. 9. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; et al. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: vozes, 2004.

MITTLER. P. Da exclusão à inclusão. In: MITTLER. P. **Educação inclusiva contextos sociais**. Artemed. 2003. p. 23-37. Disponível em: <http://www.manancialvox.com/diversos/Da-exclusao-a-inclusao.txt>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

OLIVEIRA, Marlene de. et al. **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. Resolução ONU n.º 45/91, de 14 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.institutoparadigma.org.br/site/conteudo.asp?id=347>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

PEREIRA, Giulianne Monteiro. **Acessibilidade em Bibliotecas Universitárias:** aplicação do checklist na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba. 2013. 122 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, 2013.

PUPO, D. T. **Acesso, permanência e prosseguimento dos alunos com necessidades educacionais especiais na Unicamp:** uma proposta de implantação de atendimento especializado nas instâncias de apoio acadêmico. 2004. 46 f. Monografia (Especialização em Deficiência visual e surdez: fundamentos para a intervenção) - Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação Prof. Gabriel Porto, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

PUPO, D. T.; BONILHA, F. F. G.; CARVALHO, S. H. R. de. Laboratório de acessibilidade: criação, implantação e inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na biblioteca central da UNICAMP. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, SNBU, 2004, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2004. Disponível em: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/producao/lab.pdf/view>>. Acesso em 29 mar. 2017.

PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRES, S. P. **Acessibilidade:** discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2008. 137p.

PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FÉRRERES, Sofia Pérez (Orgs.). **Acessibilidade:** discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. Disponível em: http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigoscientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf/view>. Acesso em: 25. mar. 2017.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **O conceito de acessibilidade.** Rio de Janeiro: MAQ, 2006. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/romeusassaki#301>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

_____. **Breve história da acessibilidade.** 2012. Disponível em: <http://comunicaramara.blogspot.com.br/2012/05/breve-historia-da-acessibilidade.html>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SLOBOJA, Rosenilda. **Acessibilidade e a inclusão social de deficientes físicos (cadeirantes) nas escolas público-estaduais de Goierê**: superando as barreiras na educação. 2014. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Ciências) – Universidade Tecnológica Federal da Paraná, 2014.

Disponível em:

<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4186/1/MD_ENSCIE_IV_2014_86.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2017.

WERNECK, C. **Você é gente?** O direito de nunca ser questionado sobre o seu valor humano. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

APÊNDICE A - SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Ilma. Sr
Maria de Fatima dos Santos Alves
Diretora da Biblioteca Central

João Pessoa, 01 de junho de 2017.

Eu, Rayane Soares de Sousa Santos, estudante matriculada no 10º período do curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da professora Ms. Maria Amélia Teixeira da Silva, venho solicitar a V. Sa. a autorização para coleta de dados nessa instituição, com a finalidade de realizar pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Biblioteconomia, cujo objetivo é avaliar as condições estruturais de acessibilidade para usuários em cadeiras de rodas na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba.

Os dados serão coletados mediante aplicação de um questionário e fotografias.

Comprometo-me a disponibilizar os dados resultantes da pesquisa, juntamente com o Trabalho de Conclusão de Curso, a esta instituição. Sem mais para o momento, agradeço a atenção e colaboração para a conclusão desta importante etapa do curso de graduação.

Atenciosamente,

Rayane Soares de Sousa Santos

Discente



Assinatura e carimbo do responsável institucional

Fernando Augusto Alves Vieira
Vice Diretor
Biblioteca Central/UFPB
SIAPE - 1655505

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS USUÁRIOS EM CADEIRAS DE RODAS



Acessibilidade na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba: um estudo com usuários em cadeiras de rodas

Caro participante,

A presente pesquisa é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Rayane Soares de Sousa Santos, do curso de Bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a orientação da professora Maria Amélia Teixeira da Silva.

Objetivamos com este questionário avaliar as condições estruturais de acessibilidade para usuários em cadeiras de rodas na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba.

Ressaltamos que o questionário é anônimo e suas repostas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

Agradecemos desde já, por sua colaboração.

1) Qual sua frequência na Biblioteca Central da UFPB?

- (☐) Mais de uma vez por semana
- (☐) Uma vez por semana
- (☐) A cada quinze dias
- (☐) Mais de uma vez por mês
- (☐) Uma vez no mês

Outra alternativa (especificar frequência): _____

2) Qual seu curso e em qual período está?

3) Você se sente motivado a frequentar à Biblioteca Central da UFPB? Justifique sua resposta.

4) Na sua opinião, a acessibilidade da Biblioteca Central da UFPB atende às necessidades dos usuários em cadeiras de rodas? Justifique sua resposta.

5) Na sua opinião, qual é a principal barreira enfrentada para ter acesso a Biblioteca Central da UFPB?

6) Você tem alguma sugestão de melhoria de acessibilidade para deficientes físicos na Biblioteca Central da UFPB? Justifique sua resposta.

Agradecemos a colaboração!

